



Instituto Politécnico de Santarém
Escola Superior de Educação de Santarém

O Papel dos Encarregados de Educação no Apoio às Aprendizagens
Escolares dos Educandos

Relatório de Estágio apresentado à Escola Superior de Educação de
Santarém para obtenção do Grau de Mestre em Educação Pré-Escolar e
em Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico

Autora

Joana Raposo Évora N.º. 110220009

Orientação

Professor Doutor Ramiro Marques

Santarém, janeiro de 2014

Dedicatória

Dedico este meu trabalho a todas as pessoas que sempre estiveram e estão presentes e envolvidas na minha vida acadêmica, profissional, e, sobretudo, pessoal!

Muito obrigada a todas!

Agradecimentos

O trabalho que apresento só poderia ter significado real para mim, senão prestasse os meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que se cruzaram comigo ao longo destes anos e que me fizeram crescer em todos os sentidos.

Desta forma, não poderia deixar de agradecer, em primeiro lugar, à minha grande e única avó por todas as lições de vida dadas, a todo o apoio e toda a coragem! *“Sempre disse que 50% do meu curso era em memória a ti, uma vez que não te deram a oportunidade de estudar. Aqui está a prova, avó!”*.

Queria também agradecer aos meus pais por todo o apoio incondicional, os conselhos, a força, a tolerância, a compreensão, o carinho, o amor e a dedicação. Em especial, à minha mãe pelo exemplo de vida, de mulher e de profissional de educação que é!

À minha metade, à minha melhor amiga, à minha mana Catarina por toda a paciência, por todas as experiências de vida que me proporcionas, por todas as aprendizagens, por todos os momentos vividos, por tudo!

Não poderia deixar de estar mais grata por todas as amigas memoráveis e para o resto da vida, que me ajudaram e acompanharam ao longo dos anos em todos os momentos: Ana Moreno, Joana Galrinho, Carina Coelho, Daniela Santos, Melissa Bettencourt, Rita Oliveira, Mariana Valério, Joana Duarte e a todas as minhas madrinhas académicas: Joana, Ana e Cátia.

Nunca esquecendo o apoio do meu orientador, o professor doutor Ramiro Marques, por todo o seu conhecimento, formação e profissionalismo, e o restante corpo de docentes da ESES. Um especial agradecimento à professora Neusa Branco por me ter alargado as minhas expectativas, por ter criado em mim a esperança matemática, e por todo o seu saber.

A todas as professoras cooperantes, a todos os alunos, a todo o pessoal docente e não docente de todas as escolas por onde passei, um sincero obrigado.

Por fim, e mais importante, agradeço à minha estrela lá no céu por toda a proteção!

A todos o meu maior e leal agradecimento!

Palavras-Chave

Alunos, Aprendizagem, Apoio, Encarregados de Educação, Escola, Sucesso e Insucesso Escolar.

Resumo

O presente Relatório de Estágio foi elaborado no âmbito do Mestrado em Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico realizado na Escola Superior de Educação de Santarém para cumprimento do segundo ciclo de estudos.

Este documento apresenta uma reflexão crítica sobre o percurso desenvolvido ao longo dos estágios e uma investigação elaborada no âmbito desta mesma prática.

O relatório está organizado em duas partes, a primeira é composta por uma síntese e reflexão acerca das experiências de ensino realizadas ao longo das Práticas de Ensino Supervisionadas.

Na segunda parte é apresentado um estudo de caso, sobre a importância do apoio dos encarregados de educação nas aprendizagens escolares dos seus educandos. Através desta investigação pretendeu-se saber qual a relevância do apoio da família sobre o desempenho escolares dos alunos, assim foi possível aferir que o sucesso escolar dos seus educandos está relacionado com as práticas e hábitos das famílias.

Key Words

Students, Learning, Support Parents, School, Success and Failure School.

Abstract

This Internship Report was prepared as part of the Masters in Preschool and Teaching of Primary School held at the School of Education of Santarém to comply the second study cycle.

This paper presents a critical reflection on the route developed over the Supervised Teaching Practice and an exercise research developed within this same practice.

The report is organized into two parts: the first consists of a summary and reflection on the teaching experiences made during the Supervised Practice Teaching.

The second part presents a case study, about a group of a Primary School about the importance of parental support in the school learning of their students. Through this research we sought to know the importance of parental support on the performance and educational of students, so it was possible to measure that the school success of their children is entirely related to the practices and habits of the families.

Índice

	Páginas:
Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice	vi
Índice de Figuras	viii
Índice de Quadros	vx
Introdução	1
1ª Parte – Contextos de Estágios	3
1. Contexto de Estágio e Prática de Ensino Supervisionada no Jardim de Infância.....	3
1.1 Caracterização da Instituição e da Turma de Intervenção da Prática de Ensino Supervisionada em Jardim de Infância.....	3
1.2 Prática de Ensino Supervisionada no Jardim de Infância.....	6
2. Contextos de Estágio e Prática de Ensino Supervisionada no 1.º Ciclo do Ensino Básico.....	10
2.1 Caracterização da Instituição e da Turma de Intervenção da Prática de Ensino Supervisionada em 1º CEB – 1º Ano.....	10
2.2 Prática de Ensino Supervisionada em 1º CEB – 1º Ano.....	13
2.3 Caracterização da Instituição e da Turma de Intervenção da Prática de Ensino Supervisionada em 1º CEB – 4º Ano.....	16
2.4 Prática de Ensino Supervisionada em 1º CEB – 4º Ano.....	19
3. Percurso Investigativo: Questões e Problemas.....	22

2º Parte – O Papel dos Encarregados de Educação no Apoio às	
Aprendizagens Escolares dos Educandos.....	26
1. Enquadramento Teórico.....	27
1.1 Sucesso e Insucesso Escolar.....	27
1.2 A Participação dos Encarregados de Educação na Escola.....	29
2. Aspetos Metodológicos.....	32
2.1 Opções Metodológicas.....	32
2.2 Sujeitos do Estudo/Participantes.....	32
2.3 Recolha e Análise de Dados.....	33
3. Apresentação e Discussão dos Resultados.....	35
4. Considerações Finais.....	40
Reflexão Final.....	43
Referências Bibliográficas.....	44
Anexos.....	47
Índice de Anexos.....	48

Índice de Figuras

Páginas:

Figura 1- Planta da Sala dos 4/5 Anos.....	5
Figura 2 – Planta da Sala do 1º Ano.....	11
Figura 3 – Planta da Sala do 4º Ano.....	17
Figura 4 – Apoio Escolar em Casa.....	37

Índice de Quadros

Páginas:

Quadro 1 - Número de Crianças – Sala 4/5 Anos.....	5
Quadro 2 - Número de Crianças – Sala 1º Ano.....	12
Quadro 3 – Horário da Turma de 1º Ano.....	12
Quadro 4 – Número de Crianças – Sala 4º Ano.....	18
Quadro 5 – Caracterização Etária dos Encarregados de Educação.....	35
Quadro 6 – Caracterização Sócio-cultural dos Encarregados de Educação.....	35
Quadro 7 – Caracterização Sócio-profissional dos Encarregados de Educação.	36

Introdução

O presente Relatório de Estágio foi elaborado no âmbito do Mestrado de Pré-Escolar e em Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico realizado na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém para cumprimento do estipulado Regulamento Geral, dos segundos ciclos de estudos deste mesmo Instituto (Regulamento nº 618/2010, de 29 de junho de 2010).

O objetivo primordial deste documento é demonstrar a capacidade de realizar uma reflexão crítica e fundamentada sobre o percurso desenvolvido ao longo da Prática de Ensino Supervisionada (PES), durante o mestrado. E também a capacidade de realizar um exercício de investigação, cuja temática tenha surgido e tenha sido trabalhada no contexto desta mesma prática pedagógica.

Ao longo do mestrado nesta instituição ficou bem claro que a Prática de Ensino Supervisionada é fundamental para o crescimento pessoal e profissional do docente, tal como Cardona (2001) acrescenta é através da prática que se inicia o desenvolvimento profissional, sendo este a maneira como cada um vive a sua profissão, havendo um processo evolutivo ao longo da carreira. Assim sendo, este relatório tem como função revelar publicamente a importância das práticas de ensino e da reflexividade para o desenvolvimento profissional.

Para que a leitura deste documento fosse mais perceptível e organizada, posso referir que está desenvolvida em duas grandes partes:

A 1ª Parte é constituída por uma síntese reflexiva sobre as experiências e os contextos de ensino realizados ao longo da Prática do Ensino Supervisionada, quer no Pré-Escolar, quer no 1.º Ciclo do Ensino Básico. Além da caracterização da instituição e da turma de intervenção da PES em Jardim de Infância, ainda são abordados outros assuntos, como: o planeamento da prática, a operacionalização da atividade educativa e as estratégias e métodos de avaliação.

Na 2ª Parte é apresentada um estudo de caso sobre *O Papel dos Encarregados de Educação no Apoio às Aprendizagens Escolares dos Educandos*, realizado numa turma de 4.º ano, do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Introduzo, em primeiro lugar, o aparecimento da temática e as razões que me conduziram a este estudo. Posteriormente é exposto uma fundamentação teórica onde é apresentado uma revisão bibliográfica das várias leituras efetuadas ao longo do segundo ciclo de estudos, sobre a temática em questão.

De seguida, apresenta-se os aspetos metodológicos, em que são identificados as opções metodológicas, os sujeitos intervenientes no estudo/participantes, e onde ainda pode ser visto a caracterização dos instrumentos de recolha de dados.

Finalmente são apresentados e discutidos os resultados adquiridos dos instrumentos de recolhas de dados, bem como as considerações finais acerca da pesquisa realizada.

Para concluir, são apresentadas as reflexões finais, onde é efetuada uma observação sobre todo o percurso realizado, desde da importância das Práticas Supervisionadas até ao exercício de investigação descrito em cima. Ainda nesta reflexão é perspectivado o contributo da abordagem investigativa para a minha futura prática profissional de docente.

1ª Parte – Contextos de Estágios

1. Contexto de Estágio e Prática de Ensino Supervisionada no Jardim de Infância

1.1 Caracterização da Instituição e da Turma de Intervenção da Prática de Ensino Supervisionada em Jardim de Infância

O primeiro estágio, em contexto de Jardim de Infância, foi realizado numa Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) sem fins lucrativos e da responsabilidade da diocese de Santarém e da comunidade local. Esta rege-se por uma prática educacional de cariz religioso, inspirada nas crenças católicas cristãs. Esta convenção foi tida em consideração, quer na formulação das planificações, quer na abordagem e estratégias a desenvolver dentro da sala, com as crianças. É importante referir que toda a informação contida foi retirada do Projeto Pedagógico da Instituição, que me foi concedida e autorizada pela Coordenadora Pedagógica.

O estabelecimento de ensino encontra-se situado no centro da cidade, perto de serviços e de urbanizações, e abarca cerca de 222 crianças com idades compreendidas entre os 4 meses e os 6 anos de idade. A instituição em questão foi criada em 1976, tratando-se por isso de um edifício com estruturas antigas, contudo no ano de 2006 o edifício foi todo remodelado e enriquecido com equipamentos e materiais adequados, assim como recursos confortáveis, indo ao encontro das necessidades das crianças.

No que diz respeito aos horários e rotinas, esta instituição funcionava com o seguinte horário, a entrada era realizada a partir das 8:00 até às 9:30h, e a saída iniciava-se das 16:30h até às 18:30h. Relativamente ao calendário de funcionamento, o ano letivo iniciava-se em Setembro e ia até Julho, encerrando no mês de Agosto por motivo de férias, bem como os dias de interrupção, no calendário escolar.

Nesta unidade existiam 2 valências: a creche e o pré-escolar, cuja gestão pertencia à coordenadora pedagógica. A creche, que funcionava no andar superior, tinha 6 salas, todas elas equipadas com casas de banho. Já o pré-escolar que se encontrava no piso inferior, tinha também 6 salas em funcionamento, todas elas com casas de banho equipadas e adequadas às crianças havendo, nalgumas salas, existia a partilha da mesma casa de banho.

O facto de a disposição da instituição ser da forma como estava (creche no 1º andar, e o pré-escolar ser no rés-do-chão), fez-me pensar em algumas questões, que coloquei de imediato à coordenadora, ao qual me foi respondido que a creche tinha

sofrido uma renovação e um alargamento, e por isso era inserida no andar superior e também pelo facto de o espaço exterior, que era utilizado pelo pré-escolar, encontrar-se no piso inferior.

Relativamente ao espaço exterior, era bastante amplo, e era lá que se encontram duas salas dos cinco anos, bem como, uma parte coberta com o chão forrado com relvado sintético e os baloiços. O restante espaço não tinha cobertura e o chão era todo cimentado. Posto isto, o espaço era utilizado de forma organizada e adequada de maneira a promover o bem-estar das crianças.

Todas as informações recolhidas para a caracterização da sala e do grupo de crianças foram retiradas, na maioria, do Projeto Pedagógico de Sala dos 4/5 anos, que por sua vez foi cedido pela educadora cooperante e, também por observação direta.

A sala dos 4/5 anos, onde foi concretizada a minha intervenção pedagógica, tinha na sua maioria crianças com 4 anos. Esta era caracterizada por ser uma sala ampla, luminosa, acolhedora, agradável, cujo espaço estava organizado e adequado a pensar nos interesses, no bem-estar e nas necessidades das crianças.

Na sala existia diversos placares, que serviam para colocar os trabalhos realizados das crianças, bem como o quadro das presenças, quadro do comportamento, quadro dos aniversários e do tempo. Uma das grandes vantagens desta sala residia no facto de a decoração ser realizada e enriquecida com os trabalhos produzidos pelas crianças, todos estes placares encontravam-se ao seu nível para que fosse possível a sua visualização.

A sala dos 4/5 anos estava dividida em cinco áreas distintas de atividades, todas elas equipadas com os materiais necessários, eram elas: Casinha das Bonecas (uma das áreas mais requisitadas pelas crianças), Jogos de Mesa, Jogos de Construções e Garagem, Expressão Plástica e Tapete e Biblioteca (neste local que normalmente eram realizadas as atividades em grande grupo). Todas as áreas encontravam-se identificadas e possuíam uma lotação máxima de meninos e meninas, que se encontrava representada num quadro, tentando assim que estivessem sempre o mesmo número de meninos e meninas. Em cada espaço de atividade as crianças exploravam os diversos materiais e tinham a oportunidade de partilhar as suas vivências e experiências.

A organização da sala foi realizada tendo em conta a disposição das várias áreas de atividade, visto que a educadora tinha como intuito afastar as áreas que suportavam maior número de crianças, das áreas de trabalho. Tenho que referir ainda que perto da sala situava-se uma casa de banho destinada à sala dos 4/5 anos, onde

possuía equipamentos adaptados à morfologia e necessidades das crianças desta mesma idade.

De seguida é apresentada a planta da sala, onde fica evidente a disposição e organização da mesma:

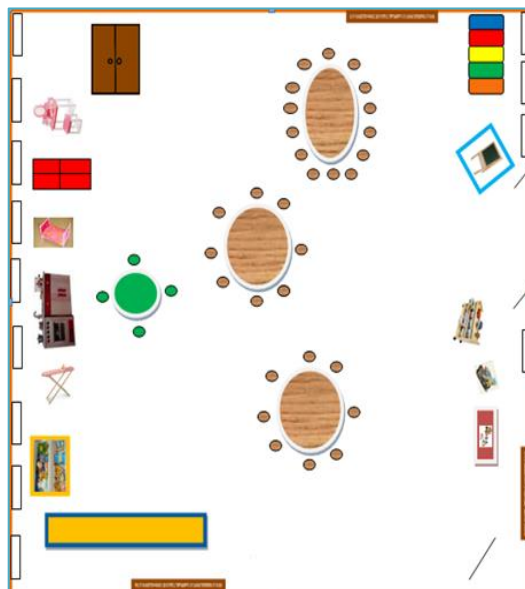


Figura 1- Planta da Sala dos 4/5 Anos

O grupo da sala onde realizei a minha prática supervisionada era formado por 19 crianças, nenhuma tinha Necessidades Educativas Especiais. Todas elas portuguesas e todas residiam na região de Santarém, e que na sua maioria, estavam juntas na instituição desde a sala do 1 ano, esta característica fez com que o grupo ficasse bastante sólido e consistente, onde a interajuda, entre as crianças, se observava com grande frequência. Todas as crianças eram bastantes ativas, participativas, interessadas e recetivas a todas as atividades, ainda assim existiam algumas regras de comportamento que ainda não estavam interiorizadas.

A seguinte tabela (Quadro 1) apresenta uma breve caracterização do grupo de crianças na qual tive a oportunidade de intervir.

Quadro 1- Número de Crianças – Sala 4/5 Anos

Número de Crianças – Sala 4/5 Anos

Idade/Sexo	Masculino	Feminino
4 Anos	7	10
5 Anos	0	2

Através da leitura do Projeto Pedagógico de Sala, pude constatar que a maioria das famílias das crianças eram todas estruturadas, onde o nível socioeconómico era médio/baixo. As famílias eram bastantes interessadas nas atividades realizadas pelos seus filhos na sala, e também participavam e cooperavam com os trabalhos que eram propostos para ser elaborados em casa.

Neste grupo a fase de socialização era manifestada em diversos momentos do dia-a-dia, bem como momentos de partilha e de experiências, como por exemplo, nos momentos de grande grupo no tapete, nas interações em diversas áreas da sala e nas suas brincadeiras livres. Deste modo, tanto as atividades orientadas, como as brincadeiras livres realizadas em grupo eram o ponto de partida para um processo de socialização bem-sucedido.

Quando falamos em práticas de higiene, saúde e segurança as crianças da sala em questão, na grande maioria das rotinas diárias mostravam-se bastante independentes e muito autónomas.

É de salientar que maioritariamente, as crianças participavam nas atividades extracurriculares que a instituição oferecia, tais como, a dança, a psicomotricidade, o yoga, o inglês, a informática, a expressão musical e a ginástica, atividades estas que decorriam no período após o horário letivo.

1.2 Prática de Ensino Supervisionada no Jardim de Infância

A base de todo o planeamento da minha atividade interventiva e educativa era o Projeto Educativo, segundo o Decreto-Lei nº 75/2008 de 22 de Abril, cabia à escola o direito e a responsabilidade da elaboração do Projeto Educativo, no qual devia explicitar “ os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir”. Desta forma, encontrei no Plano Educativo da Escola, cujo tema era “Educar para a Vida”, as principais finalidades: proporcionar experiências de aprendizagem que promovam valores nas crianças, de futuros cidadãos conscientes e preocupados com eles próprios, com os outros, com o meio ambiente e com o mundo em que vivem, sabendo respeitar diversas culturas.

Já o Projeto Pedagógico de Sala (PPS), intitulado “A Magia do Conto”, também era relevante para o planeamento de toda a atividade educativa. Este foi concebido a pensar nas características e necessidades de cada criança, pois acreditavam que as histórias continham mensagens diversificadas, que despertavam nas crianças as aprendizagens necessárias, podendo ainda enriquecer as experiências individuais, sempre tendo em conta a implementação, na rotina, da tal “Hora do Conto”.

Após algum tempo de observação e reflexão constatei que não existiam atividades planeadas para por em prática o PPS existia, sim atividades pensadas para trabalhar todos os domínios e temáticas referenciadas no Plano Anual de Atividades, contudo a “Hora do Conto”, na rotina daquela sala não existia. Por vezes, as histórias eram contadas, mas como último recurso, ou como entretenimento. Através desta grande carência encontrei a ideia-chave para o Projeto que tinha de implementar na sala.

Para planificar toda a ação educativa, na instituição existiam reuniões com a direção, a coordenação e o pessoal docente, para se debater quais os objetivos alcançados, quais os que não eram alcançados e o porquê. Debatia-se quais as atitudes e atividades a modificar ou a melhorar para se obter um melhor resultado, tanto com as crianças, tanto em relação ao ambiente vivido entre o pessoal da instituição.

Em cada sala existia também um planeamento prévio, todos os meses era definido e elaborado pela educadora o plano das atividades a realizar no respetivo mês que integrava os conteúdos a desenvolver, os objetivos, as atividades a realizar e quais os intervenientes na ação educativa. Quando comecei a fazer a minha intervenção, o planeamento das atividades era sempre elaborado juntamente com a educadora cooperante, visto que ela à segunda-feira, dia em que não estava presente, introduzia alguns conteúdos.

Antes de qualquer intervenção tentava saber junto da educadora cooperante quais os conteúdos já tratados, porém antes de trabalhar com as crianças questionava-as sobre o tema, de maneira a perceber os conhecimentos prévios existentes. Era a partir deste momento de partilha de saberes que iniciava outra fase, explicando e aprofundando os conteúdos de aprendizagem.

É possível depreender que todo o trabalho a desenvolver na escola tem como objetivo de aprendizagem primordial promover o desenvolvimento integral das crianças ao nível sócioafectivo, cognitivo e psicomotor, valorizando acima de tudo as relações ricas e estimulantes que estas estabeleciam com os adultos (Projeto Pedagógico de Sala, p. 18). Os princípios orientadores da prática pedagógica desta instituição assentavam nesta ideia e na perspetiva que o equilíbrio pedagógico estabelecia entre o que a criança necessitava, assim compreende-se que era necessário que a criança aprendesse, bem como partilhasse informações com a família.

As educadoras eram responsáveis pela sala e pelo grupo de crianças, planificavam mensal e semanalmente as atividades a realizar, elaboravam o projeto de sala, atendendo às características e necessidades do seu grupo de crianças,

organizavam os meios educativos adequados ao desenvolvimento das crianças, zelavam pelo bem-estar e segurança das mesmas, acompanhavam o grupo durante os diferentes momentos do dia, e contactavam diariamente com os encarregados de educação, a fim de obter uma complementaridade educativa e de os manter informados da evolução dos seus educandos.

É ainda de extrema importância realçar o facto de que a instituição não possuía uma metodologia de ensino exata, sendo que no projeto educativo não se definia um tema geral, mas sim temas de cada sala. Contudo, defendia-se a pedagogia do projeto dando apenas algumas diretivas e definindo objetivos, dando liberdade ao educador de elaborar o seu próprio projeto curricular de sala tendo em conta o projeto educativo.

Como estagiária procurei recolher todas as informações necessárias, através de uma observação naturalista e conversas informais com a educadora cooperante e a coordenadora pedagógica, desta maneira conseguia uma boa caracterização analítica do espaço físico envolvente e da organização do ambiente educativo.

Desta forma, e para operacionalizar a atividade educativa tive de perceber as dificuldades e o à vontade das crianças do grupo, assim através de uma conversa informal com a educadora cooperante consegui compreender que o grupo elegia como área de conteúdo de eleição a Linguagem Oral e Abordagem à Escrita, ou seja era aquela área pela qual muitas das vezes as crianças demonstravam mais motivação em realizar as atividades. Contudo, a área da Expressão Plástica era aquela onde as crianças não se sentiam tão confortáveis. É de salientar que o grupo era bastante recetivo a novas atividades e mostrava especial interesse quando era lida alguma história, como já foi referido anteriormente.

As conversas com a educadora e a auxiliar foram uma grande ajuda para poder decidir da maneira mais adequada os temas que tinha que abordar nas minhas planificações. De acordo com as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (1997) cabe ao educador partilhar com outros adultos que também têm responsabilidades na educação da criança, todos os conhecimentos adquiridos e formados sobre cada criança. Apraz-me ainda constatar que a minha integração na comunidade escolar foi bastante rápida e positiva, ou seja, através da minha postura humilde, flexível e atenta, fez com que ficasse rapidamente inserida na instituição. A boa relação criada entre mim e a educadora cooperante, as crianças e o pessoal docente e não docente foi também uma vantagem para me integrar na escola.

Durante todo este tempo de estágio tentei estar recetiva a novas sugestões da educadora, participando e questionando sempre todas as atividades e momentos do dia, e ao mesmo tempo observando qual é a estratégia adotada pela educadora, para compreender o funcionamento e a posição a tomar. A liberdade que me era

concebida, quer na instituição, quer na sala, foi fundamental para poder estar à vontade em participar e intervir em todas as atividades, sem que ficasse retraída ou nervosa quando tinha que me expor perante as crianças.

De acordo com o Despacho Normativo n.º 50/2005, a avaliação parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem, permite verificar o cumprimento do currículo, diagnosticar insuficiências e dificuldades ao nível das aprendizagens e (re)orientar o processo educativo. Em relação à avaliação das crianças, esta era realizada na observação direta para aferir se atingiram os objetivos planeados semanalmente, para verificar as atitudes, os comportamentos e as aprendizagens desenvolvidas pelos alunos. Na PES foi construído um mapa de comportamentos, onde se avaliava as condutas diárias das crianças. No final do dia todas estas informações eram registadas em grelhas realizadas previamente. Quando tinham uma bola verde, representava um comportamento exemplar uma bola amarela, tinham desrespeitado alguma regra, e a bola vermelha tinham tido um comportamento muito grave. Após dar o feedback oral sobre as ações que cada um praticou, abordávamos, em conjunto, o que cada um tinha que melhorar, ou simplesmente manter, para o dia seguinte.

2. Contextos de Estágio e Prática de Ensino Supervisionada no 1.º Ciclo do Ensino Básico

2.1 Caracterização da Instituição e da Turma de Intervenção da

Prática de Ensino Supervisionada em 1º CEB – 1º Ano

No segundo semestre a minha prática supervisionada de ensino foi realizada noutra instituição, esta situava-se igualmente em Santarém, mas numa zona muito mais periférica à cidade, rodeada por agradáveis espaços verdes. A escola em questão estava sob a tutela da rede pública e dependia da entidade oficial Ministério da Educação. Segundo o Projeto Curricular de Escola (PCE) este centro escolar era frequentado por 164 alunos.

O centro escolar foi construído para funcionar com as valências de Ensino Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico. O jardim de infância, continha quatro salas, e no 1º Ciclo existia oito salas, estas, por sua vez, estavam dispostas de uma forma propícia à interação entre elas, uma vez que as salas tinham ligação umas para as outras.

Esta instituição tinha dois andares e era constituída ao todo por oito salas: três salas de 1º ano, duas de 2º ano, uma de 3º ano e duas salas que não estavam ocupadas. Para além das salas, tinha uma biblioteca, uma sala de informática com 20 computadores com acesso à internet, uma sala de professores, um gabinete de apoio educativo, um refeitório, que servia as valências de pré-escolar e 1º ciclo, tinha um ginásio interior, onde as crianças podiam fazer expressão fisicomotora, e ainda um recreio. Este espaço exterior era constituído por um campo de jogos, uma zona de diversão e de baloiços, e ainda um espaço para as hortas pedagógicas. O pátio tinha boas dimensões, embelezado e rodeado por algumas árvores. Tanto o recreio como o pátio apresentavam as condições de segurança apropriadas e necessárias à faixa etária que frequentava a instituição.

Em relação aos aspetos físicos e recursos que a escola possuía posso referir que todos os equipamentos eram recentes e diversos, todos os materiais podiam ser utilizados por qualquer professora, desde que fosse pedido previamente à responsável pelas assistentes operacionais.

É de salientar, que a escola, tinha a vantagem de ter acessos para os alunos com limitações motoras, visto que tinha um elevador que dava acesso para o piso superior e rampas de acesso no próprio recreio. Contudo, é importante mencionar que esta instituição tinha uma carência em relação aos apoios técnicos e pessoais, visto

que só existiam quatro assistentes operacionais, para dar resposta ao recreio, aos almoços, à secretaria e às salas.

O horário letivo da escola iniciava-se das 8h45m às 15h15m, sendo que existia atividades extracurriculares a partir das 15h30m até às 17h30m.

A sala da turma na qual realizei a prática profissional de estágio poderia ser caracterizada por ser ampla, luminosa, continha vários equipamentos tecnológicos recentes, estava equipada de diversos materiais pedagógicos e tinha espaços próprios para organização de materiais (aluno/professor), que eram fundamentais para promover a autonomia dos alunos. Todas as áreas e materiais estavam devidamente identificados com etiquetas, tendo como intuito a organização dos materiais, para facilitar o acesso dos mesmos aos alunos.

Em relação aos materiais existentes dentro da sala eram muitos, em número suficiente para todos os alunos, e diversos, visto que abrangiam todas as áreas curriculares, quer expressão plástica (pincéis, tintas, folhas), quer aos materiais de matemática (cuisenaire, ábaco), todos estes materiais eram novos e tinham de ser estimados, por isso eram guardados numa despensa ao lado da sala.

Esta sala tinha a particularidade de ter uma divisão em comum com a sala do lado, onde existia uma despensa com diferentes materiais. Nesta divisória encontrava-se também um balcão com um lavatório, que auxiliava para as atividades de expressão plástica.

De seguida é apresentado a planta da sala, onde fica evidente a disposição e organização da mesma:

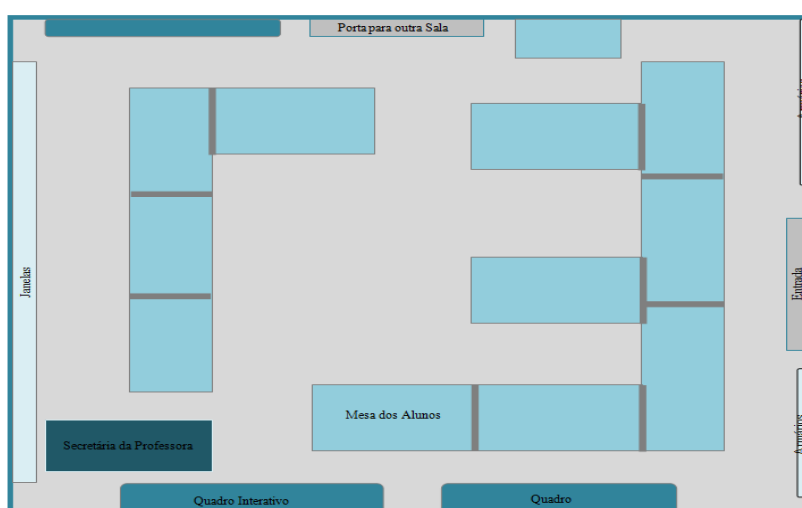


Figura 2- Planta da Sala do 1º Ano

A disposição dos alunos na sala variava conforme a necessidade de mudanças/alterações ao longo dos dias, ainda assim a disposição das mesas era

constante, estas estavam dispostas em E, o que facilitava o acesso rápido a todos os alunos.

O estágio foi concretizado na sala 9 com um 1º ano de escolaridade, relativamente ao grupo de alunos, estes residiam na região de Santarém, todos eles eram de nacionalidade portuguesa, e a maioria pertencia a um grau socioeconómico médio-alto.

Na turma existiam duas crianças com necessidades educativas especiais, uma com espinha bífida e outra com hiperatividade. Os alunos com este tipo de dificuldades estavam abrangidos pelo Decreto de Lei 3/2008 e possuíam cada um Projeto Educativo Individual (PEI) elaborado pela equipa de ensino especial (docente coordenador, docente titular de turma, técnico de educação especial e encarregado de educação). Estas crianças recebiam apoio especializado por parte de uma psicóloga, de uma terapeuta da fala e de uma docente de ensino especial. Segundo o Projeto Curricular de Turma (PCT), existiam algumas estratégias implementadas para uma boa intervenção a nível educativo, tais como, planos de recuperação, planos de acompanhamento e planos de desenvolvimento curricular.

A turma era constituída por 20 alunos, sendo que existiam 10 raparigas e 10 rapazes, tal como demonstra o quadro seguinte:

Quadro 2- Número de Crianças – Sala 1º Ano

Nº de Crianças – Sala 1º Ano

Idade/Sexo	Masculino	Feminino
6 Anos	3	3
7 Anos	6	7
8 Anos	1	0

De seguida, encontra-se exposto o horário relativo às áreas disciplinares e não disciplinares da turma, consoante às atividades letivas:

Quadro 3- Horário da Turma de 1º Ano

Horário da Turma de 1º Ano

Horas	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
08.45	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa
10.30	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa

11.00 12.15	Matemática	T.I.C	Língua Portuguesa	Matemática	Matemática
13.30 14.30	Estudo do Meio	Estudo do Meio	Estudo do Meio	Estudo do Meio	Estudo do Meio
14.30 15.15	Estudo Acompanhado	Formação Cívica	Área de Projeto	Expressões	Expressões
15.30 17.15	Apoio ao Estudo			Apoio ao Estudo	

As principais características da turma prendiam-se essencialmente com o facto de esta ser bastante participativa, empenhada, receptiva a novas atividades, com um bom ritmo de aprendizagem, e com interesse por todas as áreas curriculares. Contudo, os aspetos de maior dificuldade tinham a ver com o cumprimento das regras da sala, o não saberem trabalhar em grupo e não respeitarem o colega.

Tenho que ressaltar que esta turma era caracterizada por ter na sua grande maioria uns encarregados de educação muito ativos, o que se observava e transponha para as aprendizagens dos seus educandos, isto é, com esta parceria entre a escola e a família, observava-se que os alunos tinham uma maior capacidade de adquirir aprendizagens mais rapidamente, uma vez que eram mais estimulados, para o efeito.

2.2 Prática de Ensino Supervisionada em 1º CEB – 1º Ano

Toda a operacionalização e planeamento da atividade educativa estavam pensados e de acordo com o Projeto da Escola e da consulta do Projeto Curricular de Turma. Ao analisá-los percebi que existia uma forte preocupação por parte da professora cooperante, em alcançar, cumprir as prioridades e os objetivos de aprendizagem descritos em ambos os projetos, dado que se notava um especial envolvimento e trabalho no incentivo pelo gosto pela leitura, quer na escola, ou em casa, visto que eram trabalhados, nas aulas, diversos livros que constam no Plano Nacional de Leitura. Eram realizadas várias tarefas diárias de promoção do desenvolvimento de competências no desenvolvimento da autonomia da comunicação escrita, oral e da correção ortográfica, na criação de situações de desenvolvimento da autoestima, cooperação, autonomia e sentido de responsabilidade, que era bastante preciso para a turma e que ia sendo trabalhado todos os dias, especialmente em

momentos de diálogo e de conversas com a turma, na promoção do relacionamento interpessoal e multicultural, que desde então vinha a ser trabalhado através de histórias, trabalhos em grupo e partilha de experiências entre alunos.

Honestamente observava que a professora cooperante na sua intervenção e no decorrer da dinamização das atividades da sala, ao longo do dia, recorria e seguia muitas das vezes às prioridades que construiu no Projeto Curricular de Turma, visto que este tinha na sua base as características, as necessidades, as dificuldades e os pontos fortes de cada aluno da turma. De acordo com Roldão (1999) o projeto curricular de turma deve assumir “ (...) a forma particular como, em cada turma, se reconstrói e se apropria um currículo face a uma situação real, definindo opções e intencionalidade próprias, e construindo modos específicos de organização e gestão curricular, adequados à consecução das aprendizagens que integram o currículo para os alunos concretos daquele contexto”.

Toda a planificação era concebida por mim, com a ajuda das planificações mensais da escola, estas eram realizadas nas reuniões de docentes, onde sempre tive a oportunidade de estar presente. Penso que esta metodologia educativa proporcionou-me mais autonomia, facilitando o meu trabalho no que diz respeito às planificações semanais.

Na semana de observação percebi que havia a necessidade de organizar o ambiente educativo, ou seja, de alterar alguns lugares, pois os alunos mais conversadores e desatentos estavam ao lado uns dos outros e ainda os alunos com mais dificuldades estavam sentados mais atrás, longe do quadro e da professora. Deste modo, no final da primeira semana de intervenção questioneei a professora cooperante se era possível modificar os lugares, ao que respondeu positivamente, assim iniciei as alterações, colocando os alunos com mais dificuldades perto de mim e afastando uns dos outros, os alunos mais conversadores. Em reflexão, penso que foi uma mais-valia, visto que a turma ficou mais calma e menos agitada.

Em relação aos aspetos da gestão e organização global do trabalho de alunos e professor é de salientar o facto de que a disposição, por exemplo das mesas da sala de aula era modificada consoante o comportamento dos alunos.

A gestão da presente turma, no que diz respeito à organização do trabalho, pude observar que existiam áreas, tais como, a expressão plástica que necessitava de um maior desenvolvimento, ou seja, era uma área que podia potenciar diferentes aprendizagens e ao mesmo tempo enriquecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, então importava desenvolver atividades neste sentido.

Uma vez que tinha dois alunos com Necessidades Educativas Especiais, quando a turma estava toda a trabalhar, juntava estes alunos e dedicava a maior parte

do tempo a apoiá-los. Ao fim de algum tempo comecei a notar que esta minha estratégia era muito vantajosa e que cada uma gradualmente conseguia cumprir todos os objetivos propostos para o dia.

O processo de integração e de adaptação proporcionou a aprendizagem e a observação de novos métodos e perfis de trabalho e desenvolveu as capacidades de relação e interação social com a comunidade escolar, melhorando o meu desempenho profissional. Tenho que enfatizar o facto de que a minha integração e adaptação no ambiente escolar foi muito rápida, positiva e não poderia ter sido dada melhor maneira, devido à recolha de todas as informações à minha volta, mas também pelos momentos de conversas informais e de partilha de experiências com as outras professoras, sobretudo com a coordenadora, que desde logo me colocou à vontade dentro da instituição, explicando sempre o funcionamento e as regras da escola.

Outro fator importante que tenho que referir foi a confiança e a responsabilidade que me depositaram logo nos primeiros dias, dado que fiquei sozinha com a turma na dinamização das atividades de final de período, como a professora estava nos postos das atividades e não poderia acompanhar o grupo, dei a iniciativa de auxiliar a turma. Esta situação proporcionou a existência de uma relação mais próxima com os alunos, uma vez que me deu a oportunidade de os conhecer melhor. Noutra ocasião ajudei a professora da sala do lado, pois esta tinha que se ausentar durante o período da tarde e não existia ninguém que ficasse com os alunos dela, desta forma e em consenso com a professora cooperante, ficou decidido que iria substituir a professora enquanto estivesse ausente, e assim se passou, correu tudo como a docente tinha deixado planeado. No fundo esta experiência deixou-me ainda mais motivada e integrada, visto que me senti útil e precisa, dentro da escola.

No que diz respeito à avaliação, durante a Prática de Ensino Supervisionada utilizava a observação direta em todas as áreas curriculares, com vista a perceber se todos os alunos atingiam os objetivos propostos de cada planificação semanal. No final de cada semana era dado um feedback à turma sobre o que se tinha aprendido e as principais dificuldades. Era com este balanço que programava a semana seguinte, de maneira a que todas as aprendizagens fossem consolidadas.

Outro método de avaliação utilizado eram as fichas de trabalho, com estas sabia se os conteúdos tinham sido ou não aprendidos, e quais as dificuldades da turma. Quando os alunos terminavam as fichas, corrigia perante todos, no quadro. Posteriormente levava-as para casa, para corrigir e redigia um comentário para que cada um ficasse a saber os seus erros e os seus sucessos.

As fichas de avaliação de Língua Portuguesa, Matemática e Estudo do Meio também eram formas de avaliação, uma vez que estas devem ser formativas, para

deste modo facultar ao aluno informação sobre o seu desempenho (Brown, Race e Smith, 2000). No dia das provas falava com os alunos sobre o desempenho de cada um, dando confiança a cada um deles, no final das provas ou quando era feita a correção falava sobre o que tinham feito, os principais erros, de modo a que eles percebessem o que tinham feito de errado.

2.3 Caracterização da Instituição e da Turma de Intervenção da

Prática de Ensino Supervisionada em 1º CEB – 4º Ano

O último estágio de intervenção foi realizado numa escola, no concelho de Santarém, que estava sob a tutela da rede pública e dependente da entidade oficial Ministério da Educação. A instituição encontrava-se acerca de 10 km da cidade de Santarém, contudo localizava-se numa zona rural, rodeada com poucos serviços, somente o centro de saúde, a junta da freguesia, cafés e comércio. Ainda assim, situava-se junto a agradáveis e amplos espaços verdes, perto de uma zona de habitações. É importante referir, que na zona envolvente da escola vivia uma grande comunidade de pessoas de etnia cigana, que por sua vez, também frequentavam a escola em questão.

Esta instituição continha as valências de Ensino Pré-Escolar (2 salas) e 1º Ciclo do Ensino Básico (5 salas, uma delas servia para o apoio educativo). O horário letivo da escola iniciava-se às 9h15m e terminava às 15h30m, sendo que existiam atividades extracurriculares a partir das 15h45m até às 17h30m.

O pré-escolar encontrava-se num edifício à parte, contudo não deixava de existir diversos projetos e atividades onde ambas valências cooperavam e trabalhavam em conjunto.

A parte da escola respetiva ao 1º ciclo era composta por dois andares e constituída ao todo por cinco salas de aulas: uma sala de 1º ano, uma de 1º e 2º ano, uma de 3º ano, uma de 4º ano e uma sala que não estava ocupada. Para além disto, a escola tinha uma sala de leitura (biblioteca), uma sala de professores, uma sala de materiais, um refeitório (sala polivalente), que servia as valências de jardim e de 1º ciclo, e ainda um recreio. O espaço exterior era constituído por um campo de jogos, uma zona de diversão e de baloiços. O pátio tinha boas dimensões e era embelezado e rodeado por algumas árvores. É importante referir que este espaço era comum para ambas as valências, por isso apresentava as condições de segurança apropriadas e necessárias à faixa etária de crianças que frequentava esta instituição. Porém, quando chovia os alunos ficavam nas salas, ou na biblioteca, visto que o telheiro não tinha

capacidade para abrigar todos os alunos da escola, facto que já estava a ser alterado e tratado pela junta de freguesia.

Em relação aos aspetos físicos e aos recursos que a escola possuía, posso referir que a mesma tinha todos os equipamentos necessários para o bom funcionamento das aulas. Todo este material podia ser utilizado por qualquer professor, desde que requisitado com aviso prévio.

A sala da turma, na qual pude realizar a prática profissional de estágio, podia ser caracterizada por ser ampla e luminosa, possuindo vários equipamentos tecnológicos recentes, como o quadro interativo. Estava equipada de diversos materiais pedagógicos e tinha espaços próprios para organização de materiais (aluno/professor), que eram fundamentais para promover a autonomia dos alunos.

Esta sala tinha a particularidade de ter diversos armários, que serviam para guardar os diferentes materiais existentes na sala. A disposição dos alunos na sala variava conforme a necessidade de mudanças/alterações ao longo dos dias, tal como a disposição das mesas, estas estavam dispostas de maneira a facilitar o acesso rápido a todos os alunos.

Toda a decoração presente na sala era alusiva aos trabalhos realizados pelos alunos, quer em datas festivas, quer não. O trabalho decorativo na sala era um ponto forte na turma, uma vez que motivava ainda mais os alunos, pois o prazer de ver os seus trabalhos expostos dava uma grande satisfação à turma.

De seguida é apresentado a planta da sala, onde fica evidente a disposição e organização da mesma:

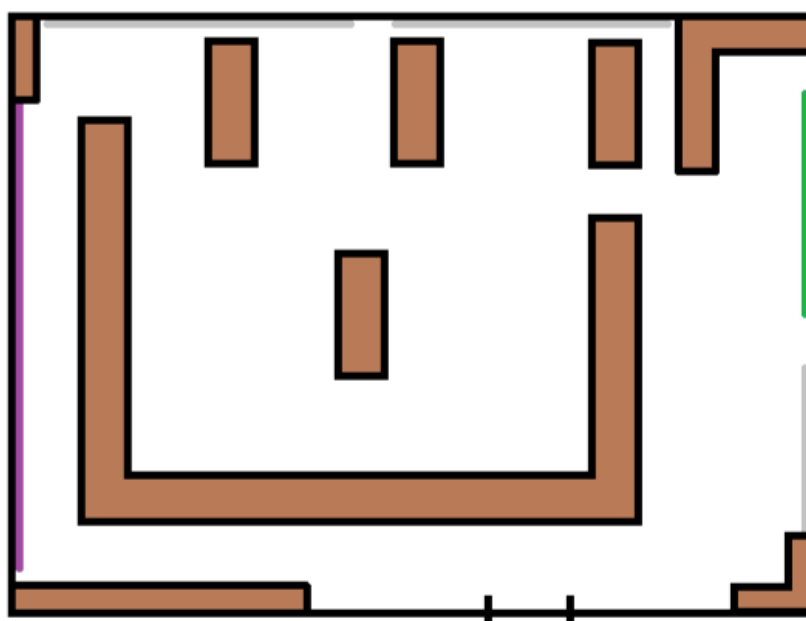


Figura 3- Planta da Sala do 4º Ano

A turma do 4º ano era constituída por 21 crianças, 9 do sexo feminino e 12 do sexo masculino, estas tinham idades compreendidas entre os 9 e os 11 anos de idade.

Quadro 4- Número de Crianças – Sala 4º Ano

Nº de Crianças – Sala 4º Ano

Sexo/Idade	9 Anos	10 Anos	11 Anos
Masculino	2	10	0
Feminino	3	5	1

Relativamente aos alunos da turma, todos eles residiam na região e todos eles eram de nacionalidade portuguesa. Na turma, existia uma aluna com necessidades educativas especiais, que apresentava uma deficiência intelectual e do desenvolvimento, estando abrangida pelo decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro. Beneficiava de apoio semanal com uma professora da educação especial e, atendendo ao seu perfil de funcionalidade e ao seu ritmo de aprendizagem muito lento, esta encontrava-se ainda a adquirir objetivos de um 2º ano de escolaridade. Utilizava-se o ensino diferenciado adequando-se as estratégias, os métodos e as metodologias do processo de ensino-aprendizagem.

As principais características da turma 4 prendiam-se essencialmente com o facto de esta ser bastante participativa e empenhada, muito trabalhadora, com um bom ritmo de aprendizagem, e receptiva a todas as atividades propostas. Era uma turma onde o espírito de interajuda e cooperação era notável, visto que quando algum colega necessitava de algum material, todos ajudavam. Contudo, os aspetos de maior dificuldade estavam relacionados com o trabalho em grupo, pois apesar de por vezes trabalharem em conjunto, ainda necessitavam de aprender a respeitarem-se uns aos outros.

Enalteço a ideia de que nesta turma não eram aplicados, nem utilizados, manuais escolares, o que era uma enorme vantagem, dado que não existia a “obrigatoriedade” de seguir um guião ou um modelo padrão, desta forma todos os materiais tinham de ser elaborados previamente e de acordo com o que era previsto lecionar.

Tenho que acrescentar ainda que apesar de ser cumprida todas as horas lecionadas previstas pelo Ministério de Educação, a turma não tinha um horário fixo das áreas curriculares, conforme a necessidade dos alunos assim se moldava e planificava as áreas curriculares primordiais.

Outro aspeto interessante, que existia nesta turma era a regular frequência de professores do 2º ciclo de diversas áreas disciplinares, como a matemática, a

educação visual, o português e a educação física. Esta interligação entre ciclos era fundamental para os alunos, visto que tinha como principal objetivo, consciencializar os alunos para os trabalhos efetuados no 2º ciclo.

Considero que esta escola oferecia aos seus alunos e pessoal docente e não docente as melhores condições para um bom desenvolvimento da prática pedagógica, visto que era uma instituição que estimava os valores familiares e colaborativos.

2.4 Prática de Ensino Supervisionada em 1º CEB – 4º Ano

Para operacionalizar a atividade educativa tive que me enquadrar no meio envolvente e nas rotinas específicas da escola. É certo que para toda esta minha integração na comunidade escolar foi bastante importante reconhecer e contextualizar a caracterização do ambiente local, da escola e da turma, uma vez que foi com base nesta descrição que consegui adaptar-me melhor aos contextos, e planificar de acordo as características da turma. Penso que a vantagem de poder observar e conhecer o perfil específico da minha docente cooperante, foi muito importante para a minha evolução profissional, na medida em que me fez refletir bastante sobre a minha ação. Porém, saliento que estes estágios não serviam para retirar ou incutir os perfis de cada professor na nossa ação, mas sim para evoluir e adquirir experiências e aprendizagens, para uma futura atuação pedagógica.

A partir da observação diária proporcionou-se-me um melhor planeamento da minha prática educativa, uma melhor integração no meio escolar e facilitou-me a elaboração de um diagnóstico de turma, onde eram relevantes as características dos alunos. Consequentemente, esta análise da turma levou-me a adequar, da melhor maneira, as minhas planificações, indo ao encontro das necessidades e capacidades do grupo. Esta minha estratégia de observar analiticamente o que me rodeava levou-me a uma outra fase de crescimento profissional: a reflexão, visto que depois de me confrontar com as situações, tive que refletir sobre elas pensando se foram ou não importantes, e em que medidas, o foram.

Após a leitura e consulta do Projeto da Escola e do Projeto Curricular de Turma, percebi que existia uma forte preocupação por parte da professora cooperante, em alcançar, cumprir as prioridades e os objetivos de aprendizagem descritos nos projetos, dado que se notava um especial envolvimento e articulação do trabalho da professora, entre o que era pensado para a turma e as necessidades e prioridades que o Projeto Curricular de Turma (PCT) refere.

Desta forma, consegui compreender que a professora titular, no decorrer da dinamização das atividades da sala, recorria e seguia muitas das vezes as prioridades

que construiu no PCT, visto que este tinha na sua base as características, as necessidades, as dificuldades e os pontos fortes de cada aluno da turma.

Para este último estágio de intervenção procurei recolher todas as informações necessárias para uma boa caracterização analítica da instituição e da organização do ambiente educativo, passando pelas características do ambiente da comunidade escolar, e também, da turma onde realizei o estágio supervisionado. Todas as observações efetuadas surgiram espontaneamente, de uma forma natural, com efeito o proveito que retiro sobre todas as análises feitas beneficiou-me, em grande parte, na minha postura perante os outros e na minha atuação em sala de aula. Assim, penso que ao analisar e recolher a máxima informação consegui, mais facilmente, ir ao encontro das fragilidades e potencialidades dos alunos e de toda a comunidade escolar.

Apraz-me constatar que a minha integração e adaptação na comunidade escolar foi um processo bastante rápido e breve, dado que todos os intervenientes da escola assim o ajudaram, não deixando de mencionar a minha colega de estágio, que foi uma mais-valia para a minha adaptação, uma vez que já tinha estagiado na escola. Penso que a colaboração de tarefas na comunidade escolar e o contributo da minha personalidade e carácter humilde, flexível e atento a todas as indicações, situações e conversas existentes, foram uma vantagem para uma boa integração.

Tenho que realçar o facto de que a minha colega de estágio ter estado o ano letivo anterior a estagiar nesta mesma escola, deixou-me um pouco receosa e apreensiva, visto que ela já não teria que passar por um processo de adaptação, a minha integração teria que ser mais rápida, para que pudesse acompanhá-la, quer em conversas, quer em situações do quotidiano escolar. Mas, pelo contrário, a sua presença e a partilha de momentos de interação com o meu par de estágio ajudaram-me a fortalecer a adaptação na escola. Na verdade, foram diversos os fatores positivos que fizeram com que ficasse rapidamente e naturalmente inserida na instituição, desde a simpatia, carinho e atenção que todos os docentes e pessoal não docente me concederam, bem como a dedicação, as conversas informais e todo o à vontade ao qual me foi dedicado, sobretudo pela professora cooperante. Para além disso, a constante partilha de experiências e saberes entre as professoras da instituição foi muito importante e enriquecedor para a minha evolução e crescimento profissional.

Uma vez que a professora cooperante ocupava também o cargo de coordenadora da escola, eram muitos os trabalhos extralectivos que esta tem que realizar, como tal, eram várias as vezes que ficava sozinha à frente do grupo. Esta situação proporcionou a existência de uma forte e próxima relação com os alunos,

visto que me deu a oportunidade de os conhecer ainda melhor, controlando e gerindo melhor a turma.

Tenho que enfatizar, que a minha boa adaptação ao quotidiano do ambiente escolar, às rotinas da turma e a boa integração na comunidade escolar fez-me sentir útil e precisa, dentro da escola. Este sentimento foi muito importante na minha prática, especialmente, na forma como atuava, visto que me dava uma segurança e uma confiança, quer a nível profissional, quer a nível pessoal.

Durante o estágio considero que fui sempre pontual e assídua, aliás nas primeiras semanas (observação e semana partilhada), senti necessidade de assistir a mais umas aulas e decidi estar presente em todas as segundas-feiras (dia que não tinha no horário o estágio). Esta atitude revelou implicação no trabalho e iniciativa, mas também preocupação no que se refere à prática.

No fundo esta experiência de estágio deixou-me ainda mais confiante, motivada e integrada, uma vez que gradualmente fui conseguindo ultrapassar e superar algumas dificuldades. Toda esta evolução estava relacionada com a vertente investigativa e reflexiva que a unidade curricular de prática pedagógica nos proporcionava.

Em relação à avaliação efetuada na turma do 4º ano recorri várias vezes à observação direta em todas as áreas curriculares para perceber se os alunos conseguiram alcançar os objetivos propostos em cada dia da planificação semanal. Neste prática interventiva valorizei bastante a avaliação, uma vez que os alunos tiveram os exames finais. A necessidade de avaliar permite aos docentes ficarem a saber do percurso dos alunos, dando a oportunidade de perceber se as aprendizagens e os métodos de ensino estão a ser os mais adequados, para que a turma consiga cumprir com sucesso todos os objetivos propostos.

Um outro método de avaliação efetuado foram as fichas de trabalho, estas ajudavam-me a compreender se os conteúdos dados tinham sido ou não aprendidos e quais as dificuldades da turma. Quando os alunos terminavam as fichas, corrigia no quadro, chamando alunos aleatoriamente para responderem às questões das fichas. Posteriormente levava-as para casa, corrigia-as, para que cada um ficasse a saber os seus erros e os seus sucessos.

As fichas de avaliação de Língua Portuguesa, Matemática e Estudo do Meio também eram outras formas de avaliação, no dia das provas falava com os alunos previamente sobre o desempenho de cada um, dando confiança a cada um deles. No final das fichas ou quando era feita a correção falávamos sobre o que tinham feito, os principais erros, de modo a que eles percebessem o que tinham feito de errado.

3. Percurso Investigativo: Questões e Problemas

A disciplina de Prática de Ensino Supervisionada (PES), no mestrado, e ao longo do percurso académico foi sem dúvida uma mais-valia para o crescimento, como profissional, do aluno. O estágio de intervenção tinha uma componente importante, visto que relacionava a teoria aprendida com a prática, este tinha de ser visto como uma aproximação da realidade da escola. A prática de ensino faz com que se leve a uma reflexão teórica sobre a prática, onde existe momentos privilegiados de aprendizagens e de mobilização dos conhecimentos, capacidades, competências e atitudes.

A primeira etapa do processo formativo corresponde exatamente ao estágio supervisionado, uma vez que pode ser considerado como “ (...) *um espaço em que se vivem situações de auto e hetero-formação*” (Cardona, 2006, p. 39), ainda assim este percurso é contínuo ao longo de todo o exercício de docência.

Fazendo uma retrospectiva, foi durante a PES que pude realizar a maioria das aprendizagens significativas que me puderam ajudar a desenvolver novos métodos de trabalho.

Aliado à importância da PES na formação académica, vem também o conceito de reflexividade, visto que é a partir da reflexão e da introspectiva que o docente pode crescer profissionalmente e pessoalmente. Segundo Carvalho (2000) a reflexão é considerada como uma das componentes fundamentais dos diários reflexivos, porém, esta reflexão exige uma avaliação sobre si mesmo, e do trabalho efetuado, por vezes esta torna-se uma dificuldade na construção do mesmo.

Como refere Roldão (2010), o exercício de uma profissão prevê que o profissional reflita, analise e questione as suas ações. Desta forma, as mudanças que se podem verificar articulam-se com as alterações ocorridas na sociedade e no conteúdo da sua atuação. O papel social da escola também atravessa mudanças, entre a oferta de uma base cultural comum e a necessidade de oferta de currículos diferenciados. Estas modificações apelam um domínio consciente e construtivo e decorrem no exercício da profissão docente. Sendo assim, é importante que os futuros professores encarem as situações de trabalho como problemáticas e aprendam a analisá-las e a interpretá-las, tomando decisões em função disso, e avaliem os seus efeitos, não devendo apenas munir-se com conhecimentos e técnicas.

Durante o estágio de intervenção houve um documento que me ajudou a refletir, a procurar um percurso investigativo, e também a questionar o meio envolvente, foram os diários de bordo elaborados ao longo da PES que fizeram com

que repensasse no que era feito e, desta maneira ajudaram a analisar algumas questões e problemas investigativos.

Os diários refletem, de uma forma detalhada, acontecimentos e experiências, onde captam as disposições de espírito e os pensamentos mais íntimos. Também fornecem um registo do quotidiano, que tem como intuito observar, analisar e avaliar, a longo prazo as mudanças efetuadas, de um particular momento.

Segundo Bogdan e Biklen, (1994) os diários que registam, com mais detalhe, as primeiras experiências de ensino, são bastante importantes para os investigadores educacionais, de maneira que a visão e a capacidade de reflexão que têm para desenvolver um determinado assunto é muito maior, do que uma pessoa que não elabore os diários.

A realização do diagnóstico do desempenho e conhecimento profissional, constitui um dos principais pontos de partida para o cumprimento de qualquer processo de melhoria futura (Roldão, 2010, p.19). Podendo servir de base a processos de autoanálise ou de análise conjunta, que por sua vez, poderão ajudar o agente de educação a alterar o seu procedimento e aperfeiçoar as suas intervenções.

Ao analisar e refletir sobre a prática supervisionada realizada ao longo dos três semestres do mestrado percebi que foram muitas as questões levantadas e procuradas, e também solucionadas. O aparecimento das primeiras questões no início do estágio em contexto de pré-escolar estava relacionado, particularmente com a articulação e interligação dos objetivos das planificações semanais, com as metas de trabalho do projeto de sala. Com a ajuda da professora orientadora da PES realizei algumas leituras e pesquisas para tentar solucionar o problema, desta forma percebi que com a frequência e a prática em realizar as planificações semanais para a instituição tornou-se mais fácil a elaboração das mesmas, ainda assim senti a necessidade de ler um pouco sobre o que pensar em primeiro lugar, quando estamos a planificar. Deste jeito, compreendi que antes de planificar deve-se perceber qual é a situação em que o grupo se encontra.

De acordo com Alarcão e Roldão (2008) deve-se tentar responder a algumas perguntas, para tentar perceber em que níveis estão o grupo de crianças e qual é o ponto de partida para que a planificação seja a melhor. Assim, são nomeados alguns exemplos de perguntas, como: “Como são estas crianças? Que já sabem? Que tipo de experiência de vida tem sido a deles? Que coisas conhecem e por quais se interessam? Como partir destes aspetos para iniciar qualquer aprendizagem? Que projeto de trabalho já existe organizado?”. A partir desta leitura, pus em prática algumas destas perguntas e consegui ultrapassar estas minhas questões, realizando muito melhor as planificações semanais de acordo com o Projeto.

No final do estágio deparei-me com outra questão, uma vez que comecei a notar que uma educadora com pouca experiência tinha influência perante o grupo, em relação à forma como comunicava. Achei importante e curioso saber, para a minha pesquisa, se a história de vida ou o perfil de uma educadora com alguns anos de experiência, podia ou não influenciar a comunicação, e ao mesmo tempo, quais as estratégias usadas para o grupo de crianças.

Como já tinha referido anteriormente, as minhas primeiras questões, estavam muito indeterminadas e foi preciso clarificá-las e esclarecê-las, foi então ao longo das reflexões investigativas que fui demonstrando esta evolução. Com efeito, através de várias leituras fui obtendo alguns resultados. Numa breve descrição do que fui concluindo, posso referir que fiquei mais esclarecida e elucidada quanto à importância que as experiências e os anos de serviço, podem conter na prática profissional. Uma das principais conclusões que cheguei foi a falta que existe no pré-escolar de mais momentos de interação e de comunicação entre as crianças e as educadoras e a relevância que têm na aprendizagem das crianças. Uma vez que ao pesquisar algumas referências literárias, consegui perceber o que tinha de melhorar e ainda obtive algumas respostas claras e concisas sobre as temáticas que queria abordar, decidi que era uma questão investigativa que terminava naquele contexto.

Quando tive a oportunidade de realizar a PES no contexto de 1º Ciclo, na turma de 1º Ano, outras novas questões foram surgindo e por essa razão mereceram um melhor aprofundamento e uma melhor investigação. O assunto da afetividade na sala de aula despertou-me uma certa curiosidade, visto que era muito presenciada e necessitada, comecei a pensar se seria que os afetos, neste ciclo, tinham a mesma importância quando na primeira infância? Seria esta necessidade favorável para as aprendizagens dos alunos? Deveria continuar com estes momentos na sala? Todas estas questões tinham que ficar esclarecidas e explicadas, pois eram fatores que podiam modificar o ritmo e as qualidades das aprendizagens.

Por outro lado, comecei a perceber que havia outra questão que me suscitava bastante interesse, esta estava relacionada com o papel dos encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos. Particularmente nesta turma a maioria dos pais eram bastante interessados em colaborar nas atividades e nas iniciativas propostas, no entanto existia alguns alunos que não tinham esta oportunidade, foi então a partir deste confronto de ideias que decidi pesquisar sobre as comparações e as diferenças entre o papel da família na escola, e a importância desta para as aprendizagens dos seus educandos.

Foi só no final do estágio que esclareci, com a ajuda da professora supervisora, a minha questão de investigação, desta forma decidi dar continuidade ao trabalho e à

investigação deste tema, uma vez que não consegui efetuar a tempo as pesquisas necessárias.

No último estágio, na turma de 4º Ano, já com a questão que queria desenvolver para o Relatório de Estágio definida, foi mais simples ter a percepção e focar-me naquilo que queria investigar, contudo nunca limitei o pensamento e novamente vários problemas e questões foram encontradas. Apesar dos dados e das informações que tinha da PES anterior, consegui adaptar as informações para este novo contexto de sala de aula, uma vez que nesta turma os pais também eram bastantes participativos, mas no entanto a caracterização social e cultural era diferente. Tenho que salientar que a interação entre o estágio e a pesquisa, no meu caso, foi fulcral para a construção de uma boa investigação.

De maneira a concluir, é interessante perceber e analisar que ao longo do meu percurso investigativo, quase todas as temáticas que tentei esclarecer e dar resposta estavam sempre relacionadas com as aprendizagens dos alunos. Foi sempre um tema transversal em todos os contextos por onde realizei a PES e, decerto muito importantes para todas as minhas pesquisas.

2º Parte – O Papel dos Encarregados de Educação no Apoio às Aprendizagens Escolares dos Educandos

Como no ponto anterior foi referido, a importância da reflexividade e da investigação na profissão de docente é fundamental para um melhor crescimento e desenvolvimento profissional. Ao ter interesse sobre as questões do ambiente educativo que nos rodeia, permite-nos, a nós futuras educadoras e professoras, procurar realizar um melhor trabalho, com vista o sucesso e as aprendizagens dos alunos. Sobre este assunto Alarcão (2001) refere que:

“ (...) não posso conceber um professor que não se questione sobre as razões subjacentes às suas decisões educativas, que não se questione perante o insucesso de alguns alunos, que não faça dos seus planos de aula meras hipóteses de trabalho a confirmar ou infirmar no laboratório que é a sala de aula, que não leia criticamente os manuais ou as propostas didáticas que lhe são feitas, que não se questione sobre as funções da escola e sobre se elas estão a ser realizadas. Ser professor-investigador é, pois, primeiro que tudo ter uma atitude de estar na profissão como intelectual que criticamente questiona e se questiona.” (Alarcão, p. 24)

A situação problema que decidi abordar e investigar surgiu de uma constatação e de uma observação vivida no contexto da Prática de Ensino Supervisionada de 1º Ano do 1º Ciclo do Ensino Básico. No final do estágio de intervenção notei que havia muita participação e implicação dos Encarregados de Educação de certos alunos (por norma os alunos com mais sucesso) no trabalho que era realizado na escola e vice-versa. Contudo, percebi que os alunos cujos pais não participavam na vida escolar dos educandos eram aqueles que necessitavam de mais apoio e onde o insucesso escolar era mais notável.

Foram muitas as questões-problemas que me fizeram abordar esta temática, como: Será que terá de ser sempre este processo? O apoio familiar valoriza o sucesso escolar? Sem apoio os alunos só terão insucesso escolar? Será que pode acontecer o inverso? Existirão causas deste acontecimento? Porém, com a orientação do Professor Ramiro cheguei à conclusão que a grande pergunta que envolvia estas dúvidas, centrava-se na grande questão sobre o “Papel dos Encarregados de Educação no Apoio às Aprendizagens Escolares dos Educandos.”

Sendo assim, o grande objetivo deste exercício de investigação a que me propus fazer era tentar perceber de que maneira o apoio escolar em casa ajuda, ou não, os alunos e de que forma a participação dos Encarregados de Educação nas rotinas escolares em casa melhora o sucesso dos seus educandos.

1. Enquadramento Teórico

1.1 Sucesso e Insucesso Escolar

O estudo da temática do sucesso e insucesso escolar é relativamente recente no nosso país, na medida em que, apesar de sempre ter existido, só atualmente subsiste uma maior valorização e preocupação acerca das consequências negativas para o futuro escolar dos alunos (abordando em concreto o fenómeno do insucesso escolar). Deste modo, a crescente onda de insucesso escolar que tem ocorrido nos últimos anos tem levado a uma enorme reflexão e investigação sobre o tema.

Perante as consequências negativas que estão associadas ao insucesso escolar, é necessário mobilizar todos os esforços para tentar diminuir este fenómeno, que tanto preocupa as comunidades escolares e as famílias. Tendo em conta Mendonça (2009) para além de definir o insucesso escolar como um fenómeno relacional onde estão implicados os alunos, as famílias, as escolas, os professores e a política educativa, define-o igualmente como um fenómeno multifacetado, massivo, constante, seletivo, precoce e cumulativo. É um fenómeno multifacetado porque é resultado de uma conjugação e interação de diversas causas, é massivo porque afeta uma considerável massa populacional, colocando em causa o princípio da “escola para todos”, é constante porque é comum aos vários níveis de escolaridade e às várias instituições de ensino, é seletivo dado que não afeta de igual modo os alunos de todos os meios sociais (afetando predominantemente os alunos dos meios socialmente desfavorecidos), é precoce, visto que se verifica, logo nos primeiros anos de escolaridade e é cumulativo uma vez que não é um acontecimento isolado, pois os alunos que já ficaram retidos têm mais possibilidades de voltar a não transitar de ano novamente.

De acordo com Vieira e Cristóvão (2007) o insucesso escolar é estudado e tratado, no nosso país e na restante comunidade europeia, a partir de indicadores de reprovação/retenção, repetência e abandono. Ainda assim, é preciso mencionar que estes estudos são efetuados a partir de um determinado ciclo e ano específico. No caso específico de Portugal, surge a partir do 1º ano de ensino básico (visto que um aluno só pode ficar retido neste ano com consentimento dos encarregados de educação e da escola).

Como refere Corte - Real (2004) sabe-se que uma percentagem elevada de alunos, ao longo do seu percurso escolar, experiencia momentos de insucesso, de desânimo e até de abandono precoce da escola. Desta maneira é importante realçar que, ao contrário do insucesso que se pode comprovar nas escolas portuguesas, o sucesso escolar significa uma das maiores e mais importantes conquistas na história

de vida académica de todas as crianças, assim sendo é fulcral valorizar estes acontecimentos e prevenir o aumento das taxas de insucesso.

De acordo com Formosinho e Machado (2009) as causas do insucesso escolar podem centrar-se: na falta de interesse dos alunos, no ambiente restrito em que vivem, no nível de vida à qual pertencem, na própria escola e no sistema educativo. Já Mendonça (2009) aponta as origens deste fenómeno para o meio de proveniência do aluno, ou seja, a família e ainda o nível socioeconómico a que pertence. De facto, a escola também pode contribuir e ajudar para que o número de casos de insucesso escolar aumente, visto que o ambiente educativo pode não colaborar e desmotivar o aluno. A dificuldade de gestão das aulas por parte do professor pode ser um fator contribuinte para o insucesso escolar, como também os métodos de ensino que este recorre, os recursos e linguagem utilizados e o aumento de conflitos na escola.

Segundo Nascimento (2007) “ (...) *para as crianças de meios sociais problemáticos a escola é salvo raras exceções, fator de insucesso escolar, o qual, por sua vez, vai impulsionar a exclusão social*”. Com efeito, a escola deveria ter o papel de possibilitar a igualdade de oportunidades, mas não faz mais que perpetuar as diferenças sociais existentes, tornando as diferenças sociais em diferenças escolares, desta forma, posso referir que a escola acaba por ser um reflexo da sociedade, ou seja, das desigualdades sociais existentes. Cada vez mais, nas escolas portuguesas, existe alunos oriundos de classes sociais e económicas bastante distintas e diferentes, a frequentar o mesmo contexto escolar, e essa ambiguidade por vezes torna-se evidente no processo escolar dos alunos.

Como Saavedra (2001) menciona nos dias que correm existem ainda estereótipos relacionados com o nível socioeconómico dos alunos, desta forma, é normal por vezes ouvir que os alunos com nível socioeconómico mais elevado, cujos pais possuem estudos superiores, são melhores alunos e carregam consigo toda uma bagagem escolar e cultural que permitirá que os seus educandos venham a obter diplomas de nível superior. Em contrapartida, os alunos com pais com baixos estudos académicos, têm baixas classificações escolares e tudo indica que irão desempenhar profissões idênticas às dos pais. As famílias têm um papel preponderante sobre os seus educandos, do mesmo modo que o meio social onde vivem é determinante para o seu desempenho escolar. Além disso, cabe ao ambiente familiar motivar e apoiar os seus educandos ao longo do percurso escolar.

De acordo com a publicação do Ministério da Educação, 50 Anos de Estatísticas da Educação (2009) atualmente existem estudos que referem que as capacidades que os rapazes e as raparigas têm de ultrapassar os problemas familiares e escolares são bastantes diferentes, na medida em que as meninas

parecem de alguma forma ser mais resilientes às dificuldades. É claro que ainda são estudos inconclusivos, mas que já começam a investigar e a procurar compreender estas ambiguidades entre género. Ainda assim, existem outros estudos que têm procurado perceber se existem diferenças no modo que, quer os rapazes, quer as raparigas têm a efetuar as aprendizagens.

Como Mendonça (2009) escreve, a forma de reverter a situação do insucesso escolar em Portugal, ao longo das várias décadas têm sido desenvolvidas e aplicadas medidas políticas ao nível do sistema educativo que possuem como objetivo propiciar um maior sucesso escolar, pretendendo atuar igualmente no combate ao abandono da escolaridade obrigatória. Esta preocupação em atuar sobre o insucesso escolar está visível desde logo na Lei de Bases do Sistema Educativo publicada em 1986, nomeadamente ao nível do ensino básico, através da criação de apoios e complementos educativos que permitam promover o sucesso escolar, infelizmente estes apoios não são suficientes para atenuar o problema do sucesso escolar, cabendo às famílias, comunidades escolares, ao sistema educativo mudar e perspetivar estratégias de melhorias das taxas que vimos, em relação ao insucesso escolar.

1.2 A Participação dos Encarregados de Educação na Escola

O estudo da temática da participação dos encarregados de educação na organização da escola é relativamente recente em Portugal, na medida em que somente após o 25 de abril de 1974 é que se começou legislativamente a construir oportunidades para os pais e famílias participarem e intervirem na organização do espaço educativo. Com o levantamento da legislação pós-25 de Abril de 1976, percebeu-se que, em Portugal, o movimento de participação dos pais nas escolas era quase nulo, tendo só surgido com o decreto-lei nº 769-A/76, que regulamenta a gestão das escolas, permitindo a participação sem direito a voto dos encarregados de educação nos conselhos de ano ou de turma de natureza disciplinar, sendo o primeiro decreto-lei a autorizar a presença dos pais na escola.

Com efeito, atualmente observa-se uma maior motivação e implicação, por parte das famílias, para participarem e contribuírem na estrutura, decisões e organizações escolares. Desta forma, segundo Graça (2012) o envolvimento das famílias na vida escolar é considerado como uma forma de desenvolvimento da sociedade democrática.

A crescente mudança de mentalidades em relação entre a escola e a família desencadeia e desenvolve, a necessidade de articulação e cumplicidade dos encarregados de educação e a escola. Na verdade, de acordo com Pinto (2006) o

trabalho colaborativo e cooperativo é sentido como necessário e imprescindível pelos dirigentes políticos, pais, professores e alunos como importante condição para desenvolver e implementar grandes transformações estruturais. Por consequência, o contributo e participação da família nas atividades organizacionais da escola acabam por ser fundamentais e elementares, uma vez que esta articulação estreita com a escola e outras instituições leva a um desenvolvimento mútuo dos problemas sociais, pessoais e culturais.

Segundo, Barroso (2005) o sistema educativo é ajudado na sua ação pela família, sendo que pode refletir as exigências sociais que hoje em dia vivemos. Quer isto dizer que, na interação entre os dois sistemas, a escola e a família, a primeira aparece vista como uma instituição que completa o papel educativo da família e como instrumento social de avaliação indireta de desempenho das suas funções.

Tendo em consideração o estudo da Eurydice (2007) a composição dos órgãos de gestão das escolas apresenta três tipos principais de estrutura, que, contudo, aparentam não ter qualquer correspondência com o nível de importância das suas funções. De uma maneira geral, a responsabilização das escolas perante as famílias desenvolveu-se a partir de meados dos anos 90, com os resultados a serem publicados num número crescente de países, tal como ocorreu em Portugal.

Tal como Tucker e Stonge (2007) as vantagens da participação da família nos órgãos de gestão escolar são operacionalizadas com os seguintes comportamentos: obrigar os parceiros a assumir responsabilidades e a empenharem-se na criação de um bom ambiente de trabalho, permitir uma abordagem mais orientada para os problemas concretos e para a sua resolução, minimizar os riscos de uma decisão mal tomada, implicar um maior protagonismo dos parceiros educativos, em detrimento do tradicional papel de liderança nos profissionais ou especialistas da educação, contribuir para melhorar o clima da organização, pois habilita os diferentes parceiros educativos, independentemente do maior ou menor poder formal, e a desenvolver um papel ativo nos processos de mudança da organização.

Como relata Leite (org.) (2005) o facto da presença dos pais ser habitualmente minoritária e de, em determinados contextos, pressupor competências e saberes técnicos, é legítimo esperar destes representantes, baixas expectativas dos professores em relação ao seu desempenho.

Joyce Epstein citada por Marques (1997) define a expressão participação dos pais, *“como formas de relacionamento superior entre os pais e a escola, que implicam a participação na tomada de decisões ou as pressões para influenciar a tomada de decisões.”* De acordo com Marques (1999) a participação dos pais na escola refere-se ao desempenho de exercícios de consulta e de decisão, tais como associações de

pais, conselho pedagógico, conselho de turma e conselho geral. Os pais desempenham atualmente novas funções, aumentando a sua representatividade e participação democrática no sistema educativo.

O conceito de “envolvimento” inclui as formas mais leves de relacionamento da escola com os encarregados de educação, nomeadamente os níveis de troca de informações, educação de pais e apoio à escola, implicando todos os tipos de atividades dos encarregados de educação no acompanhamento dos educandos em casa, na comunidade ou na escola, esta relação é “(...) *uma forma de investigação participada que visa encontrar soluções partilhadas para problemas reais de uma instituição, transformando a realidade, com o envolvimento dos atores em processos de mudança e de melhoria (...)*” Marques (2001).

Como Feiteira (2007) menciona a participação dos encarregados de educação nos órgãos de gestão das escolas, como contributo para a reflexão do desenvolvimento de uma “cultura participativa” e definição de uma política educativa de escola é uma temática bastante interessante e importante de trabalhar, pois cada vez mais as escolas irão ser autónomas, precisando de todo e qualquer tipo de apoio.

Em jeito de conclusão, a vontade dos encarregados de educação em participar ativamente é cada vez mais ativa, deve-se assim apostar nesta união.

2. Aspetos Metodológicos

2.1 Opções Metodológicas

Ao longo da investigação fiquei a saber que eram inúmeras as metodologias que podiam ser empregues, normalmente estas dependem do que se pretende estudar e analisar. Assim sendo, cabe ao investigador decidir pela melhor opção metodológica, para que o desenvolvimento do projeto seja bem-sucedido e eficaz.

Para o meu exercício de investigação optei por realizar a metodologia de estudo de caso, pois de acordo com Quivy e Campenhoudt (2003) tem como objetivo aprofundar o nível de compreensão de um momento que está a ser vivido, sendo que tem como propósito adquirir-se uma consciência mais clara de alguns fatores que possam estar a contribuir para a construção do seu modo de ser e de atuar.

Para os estudos de caso, o desenvolvimento da teoria como parte da fase inicial do projeto, como Yin (2005) refere é essencial saber se o propósito decorrente do estudo de caso é desenvolver ou testar a teoria. Já Bogdan e Biklen (1994) referem que num estudo de caso o ambiente natural é a fonte direta de dados, sendo que os dados recolhidos são essencialmente descritivos, nomeadamente, extratos de documentos e que a análise dos dados é feita de uma forma indutiva.

A investigação aqui apresentada pode ser caracterizada como qualitativa, uma vez, e de acordo com Tuckman (2005) desenvolve-se numa situação natural, este mesmo autor refere que a metodologia qualitativa envolve um conjunto de questões de investigação, onde a recolha de dados centra-se na descrição, na descoberta, na classificação e na comparação.

Na investigação que apresento, a informação recolhida será no contexto de sala de aula utilizando somente um instrumento de recolha: o questionário.

2.2 Sujeitos do Estudo/Participantes

O estudo de caso realizado centrou-se numa turma de 4^o Ano do 1^o Ciclo do Ensino Básico de uma escola da rede pública, a turma era constituída por 20 alunos, com idades compreendidas entre os 9 e os 11 anos. Para esta investigação os sujeitos envolvidos foram os encarregados de educação dos alunos da turma, onde foi realizada a última Prática de Ensino Supervisionada.

De acordo com Tuckman (2005) referente ao conceito de população este refere que é “ (...) o grupo sobre o qual o investigador tem interesse em recolher informação e extrair conclusões” (p.338). Almeida et al (1997) referente ao conceito de amostra escreve que é “(...) o conjunto de indivíduos, casos ou observações extraídos de uma

população". Desta forma, neste estudo específico a população correspondia à turma de 4º Ano da escola do 1º Ciclo do Ensino Básico e a amostra, os encarregados de educação da turma da escola do 1º Ciclo em questão.

Para que a interpretação dos dados fosse a mais compreensiva e para que se percebesse o contexto familiar dos participantes do estudo, a caracterização do meio envolvente e do ambiente familiar foi indispensável. Todos os dados precisos foram recolhidos através da informação dada dos questionários realizados aos encarregados de educação.

Caracterização dos Participantes:

Os sujeitos participantes do estudo de caso pertenciam todos à região de Santarém, numa freguesia portuguesa do concelho, com 10,15 km² de área e 2 920 habitantes, situada na margem do rio Tejo, que fica a 7 km da área urbana de Santarém. É importante referir, que nesta zona vive uma grande comunidade de pessoas de etnia cigana.

A freguesia em questão depende essencialmente da agricultura, mas já se verifica que a indústria e o comércio começam a desempenhar um papel fundamental para a economia da região, existindo pequenas empresas/serviços locais como: cafés, padarias, talhos, entre outros.

Os encarregados de educação que foram sujeitos a um estudo eram todos eles de nacionalidade portuguesa, todos residiam na área de Santarém, tinham idades compreendidas entre os 30 e os 50 anos, contudo a maioria dos pais encontravam-se na faixa etária dos 40-49 anos de idade. De todas as famílias existia só uma monoparental. Caracterizando de um modo geral todos os encarregados de educação posso referir que a maioria tinha o 3º ciclo do Ensino Básico e todos eles encontravam-se num nível socioeconómico médio-baixo. Os encarregados de educação participavam e apoiavam ativamente as atividades programadas pela escola, contribuindo sempre em projetos, festas, e trabalhos escolares.

2.3 Recolha e Análise de Dados

Os instrumentos utilizados para a recolha de dados foram os questionários, estes foram dirigidos aos pais dos alunos da turma de 4º Ano com o intuito de perceber qual o papel dos Encarregados de Educação no apoio extraescolar das aprendizagens dos educandos.

Como Pardal e Correia (1995) referem o questionário é um " (...) *instrumento de recolha de informação, preenchido pelo informante*" este tipo de recolha de

informação traz mais vantagens e rapidez para a investigação, visto que se pode analisar as opiniões dos inquiridos mais facilmente.

Após a definição da questão de investigação procurei encontrar o melhor método para recolher a informação que iria necessitar, foi desta forma que percebi que a construção de questionários poderia ajudar-me. Nesta segunda fase (elaboração dos questionários) tive em consideração incluir uma nota introdutória e elucidativa com o tema da pesquisa, os objetivos, as condições de anonimato e os agradecimentos. Pensei também que teria de limitar o campo de resposta para que os sujeitos não necessitem de se ver confrontados com a necessidade de dar respostas muito elaboradas e que pudessem dispersar da questão em si. Procurei construir perguntas de carácter abertas para que os participantes pudessem responder livremente.

Para facilitar a análise dos dados, ainda na elaboração do questionário decidi construí-lo por temas, sendo assim no tema um denominado “Caracterização dos Sujeitos Inquiridos” abordava questões como a idade, o sexo, o agregado familiar, as habilitações académicas e a situação socioprofissional. No tema dois “Apoio Escolar em Casa” questionava relativamente à ajuda do educando fora da escola e como era feita essa ajuda. No tema seguinte, “Rotinas Extraescolares dos Educandos” referia-me à supervisão das rotinas extraescolares dos alunos e o objetivo destas. No último tema, o quarto “Outras Atividades Extraescolares” abordava perguntas como os limites de tempo para o estudo, a frequência de outros tipos de apoio ao estudo e a opinião dos pais sobre o desempenho escolar do educando e o apoio em casa.

Com este questionário pretendi averiguar a perceção dos sujeitos inquiridos principalmente aos seguintes assuntos: a opinião sobre a influência que a colaboração escola família poderá ter na qualidade da aprendizagem dos educandos, o modo como a família estabelece rotinas extraescolares diárias, e a identificação do tempo que o encarregado de educação dedica ao seu educando;

Após a construção e aplicação dos questionários veio uma terceira fase onde sucedeu a análise dos questionários recolhidos.

3. Apresentação e Discussão dos Resultados

Como já foi referido anteriormente, o instrumento utilizado para a recolha da informação foi o questionário, aplicado aos Encarregados de Educação (E.E.) de uma turma de 4º ano, onde foi feita a Prática de Ensino Supervisionada. A construção dos questionários por temas foi a melhor opção para a análise do instrumento de recolha, desta forma ao longo da apresentação e discussão dos resultados será apresentado a análise conforme os quatro temas presentes no questionário.

A turma do estudo de caso era composta por 20 alunos, mas só 12 Encarregados de Educação é que responderam, os outros 8 não autorizaram participar neste estudo descritivo, os motivos para o qual não quiseram responder prendiam-se com a falta de tempo e com a invasão de privacidade das rotinas do ambiente familiar de cada família.

I – Caracterização dos Sujeitos Inquiridos

Ao analisar os participantes do estudo percebi que todos os Encarregados de Educação eram as mães dos educandos, estas tinham idades compreendidas entre os 31 e os 52 anos de idade, contudo a faixa etária predominante era a dos 40-49 anos, como se pode observar no quadro seguinte:

Quadro 5- Caracterização Etária dos Encarregados de Educação

Caracterização Etária					
	≤ 20 anos	20-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	≥ 50 anos
Encarregado de Educação	0	0	4	7	1

Ao observar os questionários entende-se que o número maioritário do agregado familiar é de 3 e 4 pessoas, pois somente uma família tem 5 elementos no agregado, é importante referir que a maioria dos alunos habita com os pais, as mães e os irmãos (todos eles com idades superiores). Para esta questão existiram 5 Encarregados de Educação que responderam incorretamente.

Em relação às habilitações académicas dos E.E pode-se comprovar, segundo o quadro 6, que somente 1 mãe tem formação superior, outras 4 têm o ensino secundário e a maioria tem o 3º ciclo do Ensino Básico (especialmente o 9º ano).

Quadro 6- Caracterização Sócio-cultural dos Encarregados de Educação

Caracterização Sócio-cultural					
	Formação Superior	Ensino Secundário	3º Ciclo	2º Ciclo	1º Ciclo
Encarregado de Educação	1	4	6	1	0

Na maioria das participantes, as profissões que desempenham estão agregadas ao 3º Setor de Atividades, ou seja, os Serviços. Existem profissões como secretária, escriturária, empresária agrícola, assistentes operacionais, administrativa, comerciantes, cabeleireira, esteticista e uma desempregada. No quadro 7 é possível verificar toda esta informação:

Quadro 7- Caracterização Sócio-profissional dos Encarregados de Educação

Caracterização Sócio-profissional						
	Administrativa	Empresária Agrícola	Comerciante	Desempregada	Assistente Operacional	Cabeleireira/ Esteticista
Encarregado de Educação	3	1	2	1	3	2

II – Apoio Escolar em Casa

Os dados recolhidos, neste segundo tema, apontam que maioritariamente são os Encarregados de Educação que ajudam o educando no apoio ao estudo fora do espaço escolar, especialmente a figura materna, o pai ajuda somente quando é necessário. Também obtive respostas em que o apoio ao estudo em casa era dado pelos irmãos mais velhos, estes já a frequentar o ensino secundário e superior, apoiavam os irmãos no esclarecimento de dúvidas e no apoio dos trabalhos de casa. Existiu um sujeito do estudo que tinha apoio da avó, curiosamente este educando tinha a mãe com a idade mais nova, supondo que esta avó ainda tinha funções ativas. Por fim, houve dois casos de alunos que apesar de terem o apoio dos pais, também tinham acompanhamento de uma explicadora (um deles só na disciplina de matemática). É interessante perceber que estes dois casos eram dois alunos com algumas dificuldades de aprendizagens, logo com algum insucesso escolar.

O apoio escolar realizado no ambiente familiar é feito através da verificação do caderno escolar com a matéria dada na sala de aula (uma vez que não era adotado pela professora cooperante livros escolares), e também recordando o que era dado no quotidiano escolar. A ajuda na realização dos trabalhos para casa (TPC's), ou seja, a supervisão e esclarecimento das dúvidas existentes, a pesquisa na internet das dificuldades ou incertezas contidas nos TPC's são umas das metodologias do apoio feito em casa. Tenho que salientar que na análise dos questionários surgiu uma única resposta que para ajudar o seu educando em casa o ajudava a estudar, facto curioso, uma vez que é essencial para o 'apoio ao estudo'. Houve também um sujeito que ajudava no suporte ao estudo, construindo fichas adicionais com a matéria que iria sair nas fichas de avaliação, este caso específico era um dos alunos que o apoio ao estudo em casa era feito pelo irmão mais velho.

Ao rever as respostas dadas às questões reparei num comentário muito interessante para o estudo:

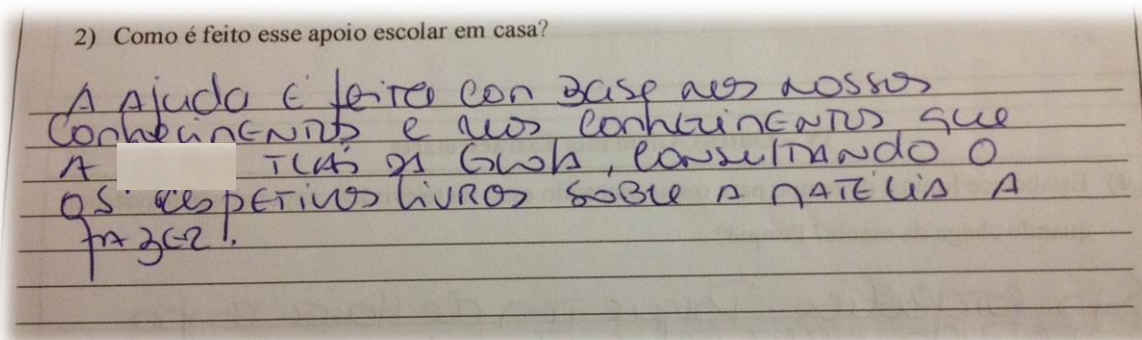


Figura 4 - Apoio Escolar em Casa

Com esta opinião nota-se que existe uma preocupação por parte da E.E. quando está a apoiar o seu educando, visto que para ela é necessário ter conhecimentos acerca da matéria que está a ser lecionada e também confiança naquilo que sabe, para que possa garantir com sucesso o apoio preciso ao aluno. É curioso que esta mãe é a única do estudo que tem o 2º ciclo do Ensino Básico.

III – Rotinas Extraescolares dos Educandos

Cheguei à conclusão através dos questionários feitos que para ser aplicado o apoio ao estudo em casa é necessário aos educandos terem rotinas diárias específicas, estas conforme o que referem os pais, são sempre supervisionadas por eles ou pelos explicadores, isto é, por quem acompanha o estudo. Estes hábitos extraescolares dos alunos dizem respeito à elaboração dos TPC's quando chegam da escola, quer seja na casa dos pais ou dos avós, contudo no final do dia cabe às mães (E.E.) verificar, confirmar, corrigir e esclarecer todas as dúvidas existentes. Alguns pais optam por verificar os cadernos e a matéria que é apreendida, apoiam no estudo e fazem novos exercícios. Saliento que existiu um caso que só tinham rotinas extraescolares em casa quando havia dúvidas ou quando havia TPC's. Nesta turma existe um elemento que em casa não tem rotinas diárias, curioso referir que este aluno é um dos alunos com piores resultados escolares.

Segundo os questionados as rotinas extraescolares foram concebidas com o objetivo de criar hábitos de estudo, de confirmar a realização dos TPC's e esclarecer as dúvidas, fomentar o empenho escolar e o desenvolvimento autónomo do aluno, adquirir mais aprendizagens, ser melhor aluno e ter mais capacidade de concentração e responsabilidade.

Após os alunos tratarem dos assuntos relativos à escola têm autorização dos pais para as tarefas lúdicas, como jogar no computador, ler, ajudar nas tarefas domésticas, jogar futebol, brincar, dançar, ir às redes sociais, andar de bicicleta e ver televisão. Estas competências sociais são importantes para os alunos, mas saberem conjugar e articular com as responsabilidades escolares é uma maneira de amadurecimento e desenvolvimento pessoal que traz bastantes benefícios para os resultados e aprendizagens escolares.

IV – Outras Atividades Extraescolares

Os limites de tempo para o educando estar nas outras atividades extraescolares, como a televisão, o computador, a playstation são fulcrais para a gestão do estudo quando os alunos vêm da escola. Na investigação compreendi que a maioria dos participantes estabelecia limites de tempo para os filhos. As causas destas normas prendem-se com os E.E. darem importância às tarefas escolares, onde o estudo tem que vir em primeiro lugar, acrescentando ainda que as maiorias das opiniões centram-se na gestão de tempo com atividades de interesse para o seu desenvolvimento. Porém, nesta pesquisa verificou-se que dois elementos não tinham limites de tempo, uma vez que em casa já tinham regras específicas, onde estava esclarecida os hábitos diários. Um dado curioso que foi apresentado por uma mãe, refere que se viu na obrigação de criar limites de tempo, uma vez que o filho ultrapassava o limite de tempo no computador. Visto que era professora estagiária na turma do seu educando, notei alterações no desempenho académico para melhor, quando o E.E. criou estas barreiras temporais.

No estudo de caso efetuado mais de metade da amostra não frequentava algum tipo de explicação ou outro tipo de apoio ao estudo. Os fatores adjacentes a esta opção estavam interligados com o orçamento familiar, visto que devido à situação financeira de algumas famílias era impossível suportar os custos e também há não existência de necessidade de frequentar explicações, uma vez que os seus educandos tinham bons resultados escolares. Ainda assim, existiam 4 participantes que não conseguiam auxiliar os seus educandos nos estudos, não tinham tempo suficiente em casa para apoiá-los, e que para além disso tinham dificuldades nalgumas áreas curriculares, como por exemplo a matemática. Por todas estas razões consideraram que colocar os seus educandos em centros de explicação, com profissionais especializados para ajudar cada caso, era a melhor escolha para o sucesso dos seus filhos.

A opinião dos sujeitos do estudo sobre o apoio escolar que é dado em casa ajuda a melhorar o desempenho do seu educando na escola, a maioria dos intervenientes opina que a ajuda dos E.E. é fundamental para o estudo e para as aprendizagens adquiridas na escola. Alguns afirmam que “*o apoio dos pais dá mais resultados na escola, pois é mais um complemento*”, outros referem os alunos quando têm o apoio dos E.E. ficam com mais autoestima e confiança e por isso os resultados obtidos na escola são muito melhores. Desta forma percebe-se que os hábitos de estudo inculcados desde cedo em casa servem para o futuro e progresso académico dos educandos.

No entanto, houve alguns comentários dos pais que acreditam que o apoio escolar realizado em casa não ajuda a melhorar o desempenho do seu educando, visto que cabe à escola fazer com que o desempenho do aluno possa ser melhor ou que tenha mais sucesso escolar. Certos sujeitos abordam o assunto do tempo, uma vez que consideram que a falta de tempo em casa é pouco e que o auxílio dos pais não é suficiente. Um facto curioso observado na análise dos dados foi que alguns pais ficam apreensivos na ajuda aos seus filhos, porque os conteúdos lecionados atualmente não vão ao encontro daquilo que eles próprios aprenderam na sua formação literária (não esquecendo que metade da amostra tem somente o 3º ciclo de estudos).

4. Considerações Finais

A problemática que surgiu na Prática de Ensino Supervisionada (PES) sobre o papel dos Encarregados de Educação (E.E.) no apoio às aprendizagens escolares dos educandos incentivou-me a investigar e pesquisar sobre as realidades vividas nos contextos e ambientes familiares e nos hábitos de estudo dos alunos em casa. Procurei, com este estudo, analisar se as práticas das famílias e o apoio dado em casa ajudavam ou não as aprendizagens dos seus educandos.

Neste contexto e através de uma análise das pesquisas efetuadas sobre a temática e os dados recolhidos dos questionários feitos aos pais dos alunos da turma de 4º ano irei apresentar de seguida uma breve síntese dos resultados e das conclusões retiradas.

Antes de mais, tenho que enaltecer que se verificaram algumas limitações na investigação desenvolvida, pois apenas foi realizada no âmbito de um nível de ensino (1º ciclo) e de somente uma turma (4º ano), desta forma não se podem generalizar os resultados deste estudo e considerá-los representativos da realidade portuguesa devido ao número reduzido de sujeitos participantes na investigação, e visto que se referem a uma zona restrita do país, cujas características populacionais são bastante homogéneas. Ainda assim, ficou ainda por compreender se os resultados obtidos seriam semelhantes ou mais abrangentes, pelo que se sugere a continuação do estudo desta temática.

Apesar das limitações referidas e dos dados não serem completamente conclusivos, a análise dos resultados permitiu constatar que a hipótese ou objetivo fundamental do estudo foi correspondido e cumprido, uma vez que através dos resultados obtidos, pode-se concluir que a maioria dos E.E. participantes neste estudo considerava que o seu papel, no apoio às aprendizagens escolares dos seus educandos era fundamental.

O apoio em casa dos E.E. influencia bastante as aprendizagens dos alunos, visto que a criação de hábitos e rotinas de estudo supervisionadas pelos pais permite aos educandos manter e obter melhores resultados escolares. Em parceria com a escola, a instituição família pode ajudar os educandos no seu sucesso escolar, mas para que tal aconteça é necessário que ambas as partes colaborem e que participem ativamente nas atividades propostas, quer da escola, quer das iniciativas da família.

Quando se investiga e aborda a relação da família na escola encontramos diferentes interpretações e definições para este conceito. Como refere Marques (1999) os principais conteúdos trabalhados estão relacionados com a participação e o envolvimento dos encarregados de educação na escola. Esta consciência e relação de

conceitos pretendem traduzir a aproximação entre a escola e a família. Para muitos autores, existe uma preocupação imensa em clarificar estes termos, procurando um maior rigor conceptual, devido às diferentes perspetivas sobre o que são ou o que deveriam ser.

Após a análise dos instrumentos de estudo recolhidos nesta investigação e da leitura de Feiteira (2007) percebi que ainda existe a perceção por parte de alguns pais que cabe somente à escola melhorar os resultados escolares dos seus filhos, uma vez que é lá que aprendem os conteúdos programáticos das áreas curriculares e onde existe profissionais formados para poderem ensinar os educandos.

Ao longo do estudo averigui que as rotinas diárias da atividade extraescolar dos alunos são, geralmente, sempre supervisionadas pelos pais, com isto revela que estes mostram empenho e interesse em ajudar os seus filhos nos estudos.

Contudo, um facto que foi possível averiguar com esta investigação, e segundo Carvalho (2000) é que a formação, as habilitações académicas e os conhecimentos dos E.E. influenciam, em grande parte, as práticas de estudo dos seus educandos, visto que não têm competências suficientes para os ajudar no esclarecimento de dúvidas. Existiram alguns pais que preferiam recorrer a outros tipos de ajuda extraescolar, como os centros de explicação, nestes espaços específicos, existem pessoas qualificadas e com mais formação para poder auxiliar os seus filhos no apoio ao estudo.

Com estes resultados percebe-se que os E.E. dão bastante importância à criação de hábitos de estudo, estes inculcidos logo desde cedo, servem para que nos anos futuros os alunos, possam ter mais sucesso escolar e que desenvolvam as suas aprendizagens. É de salientar que as famílias participantes evidenciam que as tarefas escolares e o estudo vêm sempre em 1º lugar, no quotidiano dos seus educandos. Desta forma, revela que os resultados e desempenho obtidos pelos seus educandos são essenciais na vida familiar de cada interveniente.

Nesta análise rigorosa também pude constatar que a maioria dos pais conclui que o conceito de apoio escolar em casa passa somente pela verificação do caderno diário, para estarem a par da matéria dada, e da supervisão dos trabalhos de casa. Para os sujeitos participantes na pesquisa o apoio escolar refere-se somente à supervisão e verificação de trabalhos e não ao apoio que tem de ser dado no estudo.

Foi conveniente compreender na apresentação dos resultados dos questionários aplicados que a não existência de hábitos/rotinas escolares em casa, provoca nas aprendizagens dos alunos resultados escolares muito mais inferiores, em relação aos outros colegas que no seu ambiente familiar têm regras particulares sobre

o estudo, sendo assim, percebe-se a importância das rotinas diárias de estudo para os alunos.

Ao longo de toda esta averiguação dos factos resultantes dos comentários dos participantes e segundo Pinto (2006), notou-se que a existência de limites de tempo para estudar e de tempos de lazer, ou seja, a criação de rotinas diárias, levavam a que os educandos obtivessem melhor empenho e desenvolvimento escolar.

A gestão do tempo em casa de um aluno permite-lhe alcançar mais vantagens na escola, nomeadamente na demonstração dos resultados escolares e nas aprendizagens que vai efetuando ao longo da sua vida académica.

Reflexão Final

A realização deste Relatório de Estágio foi muito importante para mim, na medida em que proporcionou a construção de novas aprendizagens, e também porque fez com que refletisse sobre toda a minha ação pedagógica e interventiva, ao longo da Prática de Ensino Supervisionada, de maneira a que eu pudesse melhorar progressivamente e crescer profissionalmente. Ao desenvolver este documento pude demonstrar a todos, as minhas competências pessoais e profissionais, a aquisição de novos conhecimentos e de novas capacidades, a observação crítica das problemáticas vividas e a abordagem reflexiva de novos temas. De acordo com Cardona (2006) é através da prática pedagógica que os alunos estagiários (futuros professores) têm a oportunidade de exercer, com supervisão pedagógica, a sua atividade profissional e de adquirir saberes profissionais articulando a teoria com a prática.

É no contexto da Prática de Ensino que realmente se aplica os conhecimentos teóricos apreendidos e é também onde se consolida a formação do agente de educação. Como futura profissional, quando, no estágio, se passa por situações específicas e complexas, e ter a capacidade de saber como atuar, encontrar soluções e como tomar as melhores decisões, demonstra que se aprende e que se fortifica as competências adquiridas.

Ainda assim, não posso deixar de acrescentar que o contributo do exercício de investigação sobre o papel dos encarregados de educação no apoio às aprendizagens escolares dos educandos foi fulcral para o meu desenvolvimento profissional e para a minha formação. A articulação entre a Prática de Ensino e a investigação realizada fez com que percebesse que é importante que os encarregados de educação colaborem no processo educativo das escolas, sem porem em causa o papel do professor, dando apoio no processo de aprendizagem do seu educando, visto que os resultados escolares melhoram significativamente.

Como futura profissional de educação, cabe-me saber e compreender qual a importância da família na escola e quais as consequências desta para os alunos, assim a reflexão e a pesquisa são dois aliados relevantes para perceber todas as temáticas envolventes na sala de aula.

Quando penso no futuro como profissional de educação sei que irei ser capaz de estimular e fazer com que os alunos consigam aprender, cumprindo os objetivos previstos, uma vez que utilizarei aquilo que fui aprendendo nas Práticas de Ensino Supervisionadas e também porque darei importância à reflexividade como forma de crescimento e de aperfeiçoamento profissional.

Referências Bibliográficas

- Alarcão, I. & Roldão, M.C. (2008). *Supervisão. Um Contexto de Desenvolvimento Profissional dos Professores*. Mangualde: Edições Pedagogo.
- Alarcão, I. (2001). *Professor-investigador: Que sentido? Que formação?* Cadernos de Formação de Professores, Nº 1, pp. 21-30. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Almeida, L. et al. (1997). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Coimbra: Associação dos Psicólogos Portugueses.
- Barroso, J. (2005). *Políticas Educativas e Organização Escolar*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Aberta.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Brown, S., Race, P., & Smith, B. (2000). *Guia de avaliação*. Lisboa: Editorial Presença.
- Cardona, M. J. (2006). *Educação de Infância. Formação e Desenvolvimento Profissional*. Chamusca: Edições Cosmos.
- Cardona, M. J. (2001). *Modelos de Formação Inicial e Desenvolvimento Profissional: um estudo sobre os educadores de infância portugueses*. Revista Infância Educação e Práticas, 5, 43-62.
- Carvalho, L. (2000). *A Parceria entre a Escola, a Família e a Comunidade: Estratégias de Envolvimento Parental*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Corte-Real, M. (2004). *Leitura e Insucesso Escolar: Percursos de Crianças de “Risco” – Um Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho.
- Eurydice (2007). *Autonomia das Escolas na Europa: Políticas e Medidas*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Feiteira, M. (2007). *A Participação dos Encarregados de Educação na Organização Escolar*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro.

- Formosinho, J. & Machado, J. (2009). *Equipas Educativas. Para uma Nova Organização da Escola*. Porto: Porto Editora
- Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE). (2009). *50 Anos de Estatísticas da Educação – Volume I*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Graça, A. (2012). *Escola – Família: A Educação em Rede*. Dissertação de Mestrado; Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Leite, C. (org.). (2005). *Mudanças Curriculares em Portugal. Transição para o Séc. XXI*. Porto: Porto Editora.
- Marques, R. (2001). *Educar com os Pais* (1ª ed.).Lisboa: Presença.
- Marques, R. (1999). *A Escola e os Pais - Como Colaborar?*. Lisboa: Texto Editora.
- Marques, R. (1997). *Professores, Famílias e Projeto Educativo*. Lisboa: Edições ASA.
- Mendonça, A. (2009). *O Insucesso Escolar: Políticas Educativas e Práticas Sociais*. Lisboa: Edições Pedagogo.
- Ministério da Educação. (1997). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Nascimento, A. (2007). *A Sala de Aula Fragmentada: A (des) responsabilização dos agentes educativos no fenómeno do Insucesso Escolar*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Pardal, L. e Correia, E. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editores.
- Pinto, M. (2006). *A Relação Escola-Família: Estudo num Agrupamento Vertical de Escolas*. Dissertação de Mestrado. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Quivy, R.; & Campenhoudt, L. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (3ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Roldão, M. C. (2010). *Construção de Planos Individuais de Trabalho e Desenvolvimento Profissional*. Aveiro: Situações de Formação.

- Roldão, M. C. (1999). *Que é ser Professor Hoje? A Profissionalidade Docente Revisitada*. Santarém: Revista da ESES, vol.1, 74-88.
- Saavedra, L. (2001). *Sucesso / Insucesso Escolar, a Importância do Nível Socioeconómico e do Género*. *Psicologia*. 15:1, 67-92.
- Tucker, P.D. & Stonge, J.H. (2007). *A Avaliação dos Professores e os Resultados dos Alunos*. Porto: ASA.
- Tuckman, B. (2005). *Manual de Investigação em Educação – Como conceber e realizar o processo de investigação em Educação (3ª ed.)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vieira, C. & Cristóvão, D. (2007). *Insucesso Escolar na Universidade de Évora*. Évora: Pró-reitoria para a Política da Qualidade e Inovação.
- Yin, R. (2005). *Estudo de Caso. Planeamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Fontes Legislativas:

- Regulamento n.º 618/2010. Diário da República, 2.ª série, n.º 139, de 29 de junho de 2010.
- Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro. Diário da República, 1.ª série, nº 4, de 7 de janeiro de 2008.
- Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril. Diário da República, 1.ª série, n.º 79, de 22 de abril de 2008.
- Decreto-Lei n.º 769-A/76, de 23 de outubro. Diário da República, 1.ª série, nº 249, de 23 de outubro de 2008.
- Despacho Normativo n.º 50/2005. Diário da República, 1.ª série, n.º 215, de 9 de novembro de 2005.
- Decreto-Lei n.º 46/86, de 14 de outubro. Diário da República, 1.ª série, n.º 237, de 14 de outubro de 1986.

ANEXOS

Índice de Anexos

Anexo 1 – Informação à Coordenadora da Escola

Anexo 2 – Informação aos Encarregados de Educação

Anexo 3 – Questionário Aplicado aos Encarregados de Educação

Anexo 4 – Resultados dos Questionários

ANEXO 1 – Informação à Coordenadora da Escola

Informação

Exma. Sr.^a Coordenadora da Escola Básica

Eu, Joana Raposo Évora, encontrando-me a frequentar o 2º Ano do Mestrado de Pré-escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico, na Escola Superior de Educação de Santarém, venho por este meio solicitar a sua autorização para recolher dados junto dos alunos da turma do 4º ano, da presente escola, e aplicar um questionário aos encarregados de educação, que segue em anexo.

Esta recolha de dados tem como finalidade a elaboração de um trabalho de investigação final, para a creditação do mestrado que frequento. Realço que todo o processo de recolha de dados e toda a informação terá a garantia de confidencialidade.

Reconhecida pela atenção e apoio que possa dispensar.

Com os melhores cumprimentos,

(Joana Raposo Évora)

ANEXO 2 – Informação aos Encarregados de Educação

Informação

Exmo. Encarregados de Educação

Eu, Joana Raposo Évora, estagiária na Escola Básica do 1º Ciclo do Vale de Santarém N°1 e aluna do 2º Ano do Mestrado de Pré-escolar e Ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico, na Escola Superior de Educação de Santarém, venho por este meio solicitar junto dos Encarregados de Educação da turma do 4º Ano, a autorização para realizar a recolha de dados junto dos alunos da turma do referido estabelecimento de ensino e aplicar um questionário aos encarregados de educação, que segue em anexo.

Esta recolha de dados tem como finalidade a elaboração de um trabalho de investigação final, para a creditação do mestrado que frequento. Realço que todo o processo de recolha de dados e toda a informação terá a garantia de confidencialidade.

Agradeço desde já a vossa disponibilidade e sem mais assunto de momento.

Atenciosamente,

(Joana Raposo Évora)

ANEXO 3 – Questionário Aplicado aos Encarregados de Educação

Questionário – Família e o Apoio Escolar

O presente questionário tem em vista a elaboração de um trabalho de investigação final, para a creditação do mestrado que frequento, cujo tema se baseia nas práticas educativas dos encarregados de educação, relacionando-as com a aprendizagem escolar dos seus educandos.

Neste sentido, solicito alguns minutos do seu tempo para colaborar na investigação, preenchendo o presente questionário. A sua colaboração é essencial. O que é importante é responder de acordo com a sua sincera opinião. Os dados obtidos através deste inquérito são confidenciais e anónimos.

I - Caracterização dos Sujeitos Inquiridos

Nome: _____ Idade: _____

Agregado Familiar: _____

Habilitações Académicas: _____ Profissão: _____

II – Apoio Escolar em Casa

1) Quem ajuda o seu educando no apoio ao estudo, fora do espaço escolar?

2) Como é feito esse apoio escolar em casa?

III – Rotinas Extraescolares dos Educandos

3) Existe alguma rotina diária de apoio ao estudo? Se sim essas mesmas rotinas são supervisionadas? E por quem?

6) Se respondeu sim à pergunta 3): Essas rotinas foram criadas com que objetivo?

7) Quais as rotinas extraescolares do seu educando?

IV – Outras Atividades Extraescolares

4) Estabelece limites de tempo para o seu educando estar na televisão/computadores/playstation quando chega da escola? Porquê?

5) O seu filho/a frequenta alguma explicação ou algum outro tipo de apoio ao estudo? Porquê?

8) Pensa que o apoio escolar que dá em casa ajuda a melhorar o desempenho do seu educando na escola? Porquê?

ANEXO 4 – Resultados dos Questionários